

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº: 18/2021
19 de outubro a 1º. de novembro de 2021



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
07	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
10	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
14	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
22	Líderes Reunidos: G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde – <i>Pedro Burguer, Thaiany Medeiros e Vinicius Roland</i>	
26	Saúde Global na Cúpula do G-20 em Roma - <i>Santiago Alcázar, Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
30	A OCDE, Saúde Global e a Cúpula do G20 - <i>Pedro Burger e Júlia Abbud Ribeiro</i>	
32	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
36	Covid-19 e Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual: Rumo à 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio - <i>Claudia Chamas</i>	
39	Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) - <i>Luana Bermudez</i>	
41	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar e Miryam Minayo</i>	
51	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
58	Nova onda e falsos certificados na Europa - <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>	
60	O futuro da Ásia Marítima, do Ártico, Oriente Médio, do Sahel sendo traçado em Glasgow - <i>Lúcia Marques</i>	
67	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
69	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	

*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 72

**Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - pg. 73

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 18/2021 - 03 de novembro de 2021

Apresentação

Cúpulas e reuniões vêm e vão; declarações e *communiqués* vêm e vão; e as questões e soluções ressaltadas por todos para as excruciantes e devastadoras situações que o mundo vive nos campos social, econômico, ambiental e sanitário, permanecem inalteradas.

Passamos de 5 milhões de mortes pela pandemia. De outro lado, a barbárie da desigualdade continua inalterada: foram administradas 133 doses de vacina Covid-19 para cada 100 pessoas em países de alta renda e apenas 4 doses por 100 pessoas em países de baixa renda.

Esperava-se muito da reunião dos países mais ricos do mundo, reunidos na **Cúpula de Líderes do G20**, dias 30-31 de outubro, em Roma. Além da saúde global, eles abordariam o tema do clima e da COP26. O DG da OMS, Tedros Adhanom e líderes de outras agências das Nações Unidas, como a de migração (OIM) e de refugiados (ACNUR), apelaram para que, entre outras coisas, o G20 puxasse a carteira e financiasse o novo plano para a Covax (iniciativa de distribuição de vacinas) da OMS, mas as esperanças foram frustradas, como coincidem as interpretações de nossos analistas, **Alcázar, Galvão, Buss e Burger**, nos três artigos que tratam do tema neste Informe.

De fato, nesta quinzena os olhos do mundo estavam voltados para o que aconteceria no último fim de semana do mês de outubro: *a Cúpula do G20 em Roma*. O destaque é dado para a *Declaração de Roma*, assinada pelos líderes das 20 maiores economias do mundo, mas que reflete, ainda assim, a ausência de medidas concretas, principalmente em matéria de redução do aquecimento global, deixando muita expectativa para a COP26. Também houve a criação de um novo *Grupo de Trabalho conjunto sobre Finanças-Saúde*, para tentar promover uma melhor preparação para futuras pandemias.

Tedros, da OMS, continua em sua missão de prescrever as medidas de controle da pandemia e no apelo à comunidade mundial para que apoie os planos da ONU e da OMS, principalmente no acesso a vacinas de qualidade. Guterres, da ONU, manifestou-se desapontado com os resultados alcançados no G20 e utilizou de forma enfática a palavra **desconfiança**, como que alertando que a falta de confiança entre os países quanto a compromissos de se comprometerem e efetivamente concretizarem os compromissos está na raiz desta imobilidade do sistema multilateral.

Nossos analistas estarão atentos aos eventos sobre **saúde e câmbio climático**, programados pela OMS e outras agências da ONU, com a sociedade civil, em Glasgow, inclusive a *Conferência Global 2021 sobre Saúde e Mudanças Climáticas*¹, que se reunirá à margem da COP26, dia 6 de novembro, com foco especial em Justiça Climática e Recuperação Saudável e Verde da COVID-19, em linha com o *Manifesto da OMS*² publicado em maio de 2020. O evento incluirá sessões sobre cada uma de suas seis prescrições do Manifesto: natureza, sistemas alimentares, infraestrutura sustentável, energia limpa, cidades e combate à poluição.

¹ Ver: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2021/11/06/default-calendar/2021-global-conference-on-health-and-climate-change>

² Ver: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/who-manifesto-for-a-healthy-recovery-from-covid-19>

Chamas analisa as enormes implicações da suspensão de direitos de propriedade intelectual sobre a trajetória do enfrentamento da Covid-19 em suas próximas etapas. Alerta ainda para a 12ª Conferência Ministerial da **Organização Mundial do Comércio**, que vai ocorrer no final de novembro, em Genebra.

Como reporta **Ungerer**, o destaque quinzenal na **cooperação Sul-Sul** foi o lançamento do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o estado da cooperação Sul-Sul em 2021, com destaque para as políticas e programas para prevenir a propagação da COVID-19 e promover a recuperação pos-pandemia. No **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul** o ponto alto foi o resultado do *Desafio de Inovação Digital do Sul Global para a Covid-19*, que havia sido lançado em junho de 2021, que buscava identificar soluções digitais inovadoras de como lidar com os efeitos da pandemia, que pudessem ser replicáveis no Sul Global.

Já em relação ao **G-77 e a China**, o destaque foi para a resolução do ECOSOC sobre o Acordo de Escazú (Acompanhamento do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe) ratificado em abril de 2021 e que será discutido na COP26 que começou esta semana em Glasgow.

Na **Organização dos Estados Americanos (OEA)** seguem nos preparativos para a 51ª *Assembleia Geral*, que será realizada nos dias 10 a 12 de novembro, já com agenda e algumas propostas de resolução, conforme informa **Bermudez**. Além disso, os distintos órgãos da OEA se mostram ativos na proteção dos direitos humanos no contexto da pandemia, como a Secretaria de Acesso aos Direitos e Equidade (SARE) da OEA, que publicou dois documentos sobre os impactos da Covid-19 em refugiados e migrantes da Venezuela, e sobre a atenção às pessoas com deficiência nas Américas no contexto da pandemia, bem como a CIDH que publicou uma nota sobre o acesso equitativo a vacinas de Covid-19.

Na **OCDE**, o destaque também foi para a Reunião de Cúpula do G20. Segundo **Burger**, o Secretário Geral da OCDE, comemorou a declaração do G20 reconhecendo o acordo global de taxação elaborado pela OCDE, prevendo sua entrada em vigor em 2023. O Secretário da OCDE acredita na função de reforço do multilateralismo do mecanismo tributário, assim como peça-chave na sustentabilidade ambiental e manutenção dos compromissos firmados no Acordo de Paris. A importância do combate às mudanças climáticas se torna cada vez mais relevante perante o conceito *saúde única*, na qual a saúde pública é atrelada não somente a fatores diretos, mas também a condições de vida e saúde relacionadas ao meio ambiente equilibrado. Também recebeu grande destaque o aumento vertiginoso na pobreza extrema na América Latina e Caribe em decorrência da pandemia de COVID-19 e os impactos de longo prazo em suas comunidades e na saúde pública da região, divulgado em relatório da OCDE.

Focados em oferecer soluções para reduzir os impactos ambientais, as **instituições financeiras multilaterais** lançaram ações e publicações relacionados sobre o tema. A respeito do enfrentamento da pandemia COVID-19, seguem as iniciativas para a aquisição de vacinas com o objetivo de conter a crise.

Na **América Latina**, nossos analistas **Tobar e Minayo** destacam um conjunto de eventos e iniciativas a reunião das Secretarias Estaduais de Saúde da Tríplice Fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, em conjunto com o ORAS / CONHU e o Programa Sub-Regional de Cooperação para a América do Sul da OPAS; o lançamento conjunto do Instituto Social do MERCOSUL e o Programa da União Europeia para a Coesão Social na América Latina; do estudo Cooperação Transfronteiriça em Saúde no MERCOSUL - Desafios, experiências e proposta de protocolo; o

Primeiro Fórum Ministerial Investindo em uma Região Resiliente na América Central com a participação da COMISCA; a XVI Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministros da Saúde; o Primeiro Workshop Técnico Regional para Fabricação de Vacinas na América Latina e Caribe; e a 18ª Reunião do Conselho de Planejamento Regional da CEPAL.

Na **África**, as variantes altamente contagiosas do coronavírus continuam a propagar-se por todo o continente e 82% dos Estados-Membros estão ainda atravessando a terceira onda. Apenas cinco países africanos deverão atingir a meta de final de ano de vacinar totalmente 40% da sua população. A União Africana e a União Europeia concluíram a 2ª reunião ministerial com acordos sobre quatro áreas-chave de cooperação. A África participa na COP26 com propostas concretas. São os temas abordados por nossos analistas **Augusto Paulo e Rosenberg**.

Segundo **Freire**, a **Europa** vive o temor de uma nova onda, com aumento do número dos casos, especialmente no Leste Europeu, onde a taxa de vacinação é menor. Sob a presidência italiana, cúpula do G20 afasta a saúde global do comércio e aproxima das finanças. Na COP 26, a UE defende a taxaço do carbono

A COP26 segue em andamento, até 12 de novembro. As decisões que sairão da conferência terão efeito direto no Ártico, assim como na **Ásia Marítima, no Oriente Médio e no cinturão de Sahel (África)**, objeto do informe de **Marques**. Contudo, não é nessas regiões que estão os maiores emissores de CO₂, mas são eles os países mais vulneráveis, que contribuem com apenas 7% das emissões de carbono, e que estão liderando coletivamente o caminho verde com medidas climáticas pioneiras. O relatório do PNUD alerta que várias ações apresentadas para a COP26 não estão vinculadas à recuperação do pós-Covid, uma perda de oportunidade para o avanço verde. Não é o caso da maioria das nações da Ásia-Pacífico, que focam um pós-Covid verde e inclusivo, nem do Oriente Médio, que também vincularam a recuperação do pós pandemia a uma recuperação verde

Como que para lembrar aos líderes da COP26 dos efeitos cascata das mudanças climáticas: perda crítica da biodiversidade, do equilíbrio dos sistemas ecológicos e surgimento de doenças zoonóticas, a Covid-19 segue castigando. A variante Delta, altamente transmissível, e ações anti-vax são os vilões das novas ondas de Covid-19 ao redor do mundo, e na Ásia-Pacífico e Oriente Médio não é diferente.

Sobre o Afeganistão, cuja urgência se acelera, em conferência de chanceleres, os países vizinhos conseguiram construir um consenso sobre como lidar com as autoridades não reconhecidas do país, o Talibã. Um dos pontos de consenso foi que o Talibã é uma realidade inescapável no Afeganistão

A **China** participa ativamente das COP15 e COP26, destina verbas para fundo da biodiversidade e se compromete a ajudar os países em desenvolvimento a estabelecerem matrizes energéticas para economias de baixo carbono, segundo **Lobato** neste seu informe quinzenal. A Declaração de Roma do G20, que bane financiamento internacional público para carvão, deu sequência ao anúncio chinês na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, de que Pequim não investiria mais no exterior na geração de energia baseada em carvão. A vacinação começa para crianças a partir de três anos e há sinais de estafa com as sucessivas medidas de contenção sanitária no país

Informações proporcionadas por **Galvão** no seu informe quinzenal, dão conta de que a situação da Covid-19 continua melhorando nos **Estados Unidos**, mas com grandes desigualdades segundo raça, sexo e idade.

E la nave va! Custoso admitir e escrever, para quem desejaria que a equidade fosse uma realidade na saúde global, resultante de negociações de diplomacia da saúde orientadas pela solidariedade e o fazer coletivo, que a nave-terra atravessa mares procelosos e que o destino da humanidade está cada vez mais ameaçado.

Continuamos acompanhando os processos global e regionais, procurando *entender* para, na medida do possível, poder *explicar*.

Aproveitando a oportunidade, convidamos a todos para assistir nossos próximos **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**: dia 10/11, com o tema “G20: O que esperar dos mais ricos do mundo em saúde global” e dia 24/11 sobre “Mudanças climáticas, biodiversidade e saúde: Avanços e retrocessos em Glasgow e Kunming”.

Cordial abraço a todos e boa leitura!

Manguinhos, 03 de novembro de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Ser otimista e ter esperança são coisas diferentes, ainda que parecidas. Ser otimista é uma adjetivação do verbo mais difícil de definir, porque afinal tudo é. O que é ser otimista? Talvez seja mais prudente recorrer a exemplos. Otimista é o que transita por mundos mágicos, onde tirar coelho da cartola é normal e serrar ao meio a estrela do show é moeda corrente. No mundo mágico as coisas acontecem por arte de encantamentos. Tudo é possível, porque sim. Unicórnios voam, cigarras falam e o preço da gasolina é muito baixo. Ter esperança indica uma posse temporal, não uma condição ontológica e isso é da maior importância, porque aquele que tem esperança tem algo formidável – uma promessa. Por isso se agarra a ela com todas as forças.

Mario Draghi, o Primeiro-Ministro da Itália e Presidente de turno do G-20, dedicou suas primeiras palavras de abertura da reunião de Cúpula à grande disparidade no acesso a vacinas entre países ricos e pobres. “Foi-se o tempo de decisões unilaterais. O individualismo não é uma opção”, sublinhando a importância conferida ao multilateralismo, pedra de toque da presidência italiana. “Agora”, continuou Draghi, “o mundo pode olhar para o futuro com grande otimismo, ou com algum otimismo”. Não se sabe se naquele momento Draghi olhava para unicórnios passando ao largo da sala de convenções. O certo é que Draghi é um homem otimista ainda que, como muitos, não tem esperança.

Isso é grave, pois o negócio dos grandes foros, como por exemplo o G-20 e a COP-26, é a enfadonha reiteração de compromissos assumidos que, como se sabe, são promessas as quais é preciso agarrar-se, como salva-vidas em um naufrágio. A alternativa, como parece ser o caso de Draghi, é preferir o otimismo e ouvir os conselhos da cigarra.

O problema é que a realidade concreta a que estamos todos submetidos, reclama mudanças imediatas, sob pena de extinção. A Organização Mundial de Meteorologia (OMM), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), as três agências da Organização especializadas em clima e desenvolvimento, publicaram relatórios alarmantes, dias antes da COP-26.

Com efeito, segundo o relatório da OMM³, os gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global, alcançaram novos recordes, como se estivessem em competição olímpica, não obstante o estorvo da pandemia. De acordo com o segundo relatório⁴, a metade dos integrantes do G-20, que respondem por 75% das emissões globais, não teriam aderido ao princípio do Acordo de Paris de ir aumentando a ambição das respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), que são os compromissos nacionais de ir freando o aquecimento mediante a adoção de políticas que penalizam a emissão de gases de efeito estufa. O terceiro relatório⁵, o da UNEP, talvez o mais assustador, revela que os novos compromissos, ou promessas, dos Estados membros das Nações Unidas estão muito aquém do necessário para evitar que o aquecimento global aumente ao menos 2.7º C até o final do século, tornando incerta a sobrevivência da espécie.

No debate entre os líderes do G-20, que se encerrou no domingo 31 de outubro, em Roma, um dos pontos mais controversos foi a questão de incluir ou não no projeto de declaração

³ <https://public.wmo.int/en/media/press-release/greenhouse-gas-bulletin-another-year-another-record>

⁴ <https://www.undp.org/publications/g20-peoples-climate-vote-2021>

⁵ <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2021>

final o compromisso de banir o uso do carvão como fonte de energia. Países como Austrália, Canadá e China, excessivamente dependentes do carvão, fizeram forte oposição, coroada de êxito, uma vez que a Declaração Final não inclui aquela condenação. Outra questão interessante foi a questão de como financiar os compromissos. Uma ideia ventilada foi a ideia de utilizar uma parte da ampliação do Direitos Especiais de Saque (DES) do FMI, o que cria uma dificuldade, pois a ideia da ampliação dos DES, originalmente, era destiná-los aos países de menor desenvolvimento sustentável, para combater a Covid-19. Esses pequenos problemas teriam impedido que os itens “clima e energia” do projeto de declaração fossem os últimos a serem incluídos no texto final. O resultado não é brilhante e é duvidoso que algum dos responsáveis guarde na carteira aquela inserção final para mostrar aos parentes.

Os parágrafos 21 e 22 da Declaração Final, por exemplo, são exemplos eloquentes de quanto se pode fazer em torno a vazios. O parágrafo 21 reitera o compromisso com o Acordo de Paris para manter o aumento de temperatura abaixo de 2º C e continuar os esforços para limitar o aquecimento a 1.5º C. Já se sabe, no entanto, que aumento superior a 1.5º C põe em risco a biodiversidade e a degradação do meio ambiente de modo talvez irreversível. “Continuar os esforços” então é um código para seguir atento à máxima do Gattopardo, mudar tudo para deixar tudo como está. O parágrafo 22, contudo, é insuperável e por essa razão é reproduzido a seguir, não completamente para não cansar o leitor atento:

“Reconhecemos que os impactos da mudança climática a 1.5º C são muito menores que a 2º C. Manter (o compromisso de ficar em 1.5º C) exigirá ações importantes e efetivas, bem como compromisso de todos, incluindo recursos financeiros, consumo e produção responsáveis e sustentáveis. Esperamos ter uma COP-26 exitosa.” Não há cinismo, apenas otimismo e unicórnios voadores.

O Primeiro-Ministro da Itália, ao encerrar a Cúpula externou a sua impressão de que o grupo havia alcançado compromissos substanciais. “Os sonhos, não somente continuam vivos, mas avançam...É muito fácil sugerir coisas difíceis, mas muito difícil cumpri-las”. Qualquer criança na creche sabe que coisas difíceis, são difíceis. Aparentemente, quando se alcança a idade adulta e se passa a frequentar os mais altos foros políticos, aquela evidência se torna um pouco nebulosa. Na mesma linha, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, que auspicia a COP-26, não se privou de dizer que será “muito, muito difícil alcançar o acordo que precisamos”. Pode-se então concluir que provavelmente teremos um acordo que não precisamos e que ninguém entenderá por que tanta manchete.

O New York Times saudou o acordo alcançado em Roma com respeito à taxaçoão internacional de impostos. Segundo aquele jornal, todos os países implementariam uma carga impositiva de no mínimo 15% às corporações que se utilizam de paraísos fiscais para não pagar impostos devidos. Em realidade, o Acordo Final apenas menciona que o acordo alcançado no âmbito da OCDE, em 8 de outubro, é histórico e que será ainda necessário que a mesma desenvolva regras e os instrumentos multilaterais adequados⁶. De qualquer maneira, ainda segundo esta Organização, estima-se que a efetiva taxaçoão das grandes corporações verteria aos cofres públicos a soma de US\$ 150 bilhões anuais. Esses recursos, entende-se, seriam utilizados para as grandes questões globais, redução das emissões, recuperação das terras e mares degradados, preparação e resposta a pandemias, *inter alia*.

⁶ Ver parágrafo 32 da Declaração Final <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-ROME-LEADERS-DECLARATION.pdf>

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução A/RES/70/1, intitulada “Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Nos parágrafos 50 e 51 daquele histórico documento, os líderes fizeram a promessa de transformar o mundo para oferecer um futuro melhor às próximas gerações.

O PIB global é da ordem de US\$ 91 trilhões. O valor dos ativos financeiros globais é 10 vezes maior, ou seja US\$ 900 trilhões, aproximadamente. A dívida global alcança US\$ 300 trilhões. O que é real, tangível, são aqueles US\$ 91 trilhões. O resto é papel armazenado em nuvens sob o olhar atento de unicórnios voadores. Não há perigo, mas é preciso ser otimista e largar de ter esperança, pois esses salva-vidas de nada servem na paisagem aquecida.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)

O Diretor Geral, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus, continua em sua missão de prescrever as medidas de controle da pandemia e no apelo à comunidade mundial para que apoie os planos da ONU e da OMS, principalmente no acesso a vacinas de qualidade.

Na mensagem conjunta com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e o Diretor Geral da Organização Internacional de Migração ao G20 que não é parte do sistema das nações unidas, ele apelou em nome dos milhões ao redor do mundo que foram forçados a fugir de guerras, conflitos, perseguições e violações dos direitos humanos, ou para escapar das dificuldades socioeconômicas ou das consequências das mudanças climáticas. Os mesmos que sofrem também de racismo e preconceito sistêmico levando a uma situação desigual de vida, enfrentando barreiras no acesso a vacinas, testes, tratamento, cuidados e até informações confiáveis.

Segundo o comunicado a diferença vacinal entre os países mais ricos e de baixos recursos demonstra um desrespeito pela vida dos mais pobres e vulneráveis do mundo. Foram administradas 133 doses de vacina COVID-19 em cada 100 pessoas em países de alta renda, enquanto apenas 4 doses por 100 pessoas foram administradas em países de baixa renda. A desigualdade vacinal coloca todos em risco. A história e a ciência deixam claro: a ação coordenada com acesso equitativo aos recursos públicos de saúde é a única maneira de enfrentar um flagelo global da saúde pública como o COVID-19.

No comunicado convoca os líderes das nações do G20 a se comprometerem com:

1. **Aumentar o fornecimento de vacinas para os mais pobres do mundo**, financiando plenamente o Plano Estratégico e o Orçamento para o Act Accelerator e que distribuam vacinas, testes e tratamentos onde eles são mais necessários, cumprindo as metas de vacinar 40% da população mundial até o final do ano - e 70% globalmente até meados de 2022.
2. **Garantir o acesso às vacinas para todas as pessoas em movimento**, garantindo que todas as pessoas em seu território, independentemente do status legal – incluindo refugiados, migrantes, pessoas deslocadas internamente, solicitantes de asilo e outros em movimento – tenham acesso às vacinas, testes e tratamento para o COVID-19.
3. **Apoiar países de baixa e média renda a combater o COVID-19 com todos os meios disponíveis**, com apoio financeiro, político, técnico, logístico para vacinar as pessoas de forma rápida e eficaz, expandir o acesso a testes e tratamentos, implementar medidas de saúde pública e construir sistemas de saúde resilientes para futuras emergências em saúde.

Ao dirigir-se à Sessão 1- Economia Global e Saúde Global na Cúpula do G20 o diretor-geral da OMS fez cinco pedidos:

1. Resolver a crise vacinal e acabar com a pandemia. Países de baixa renda, a maioria deles na África, receberam apenas 0,4% dessas vacinas; mais de 80% foram para países do G20;
2. Financiar integralmente o Access to COVID-19 Tools Accelerator, que precisa de 23,4 bilhões de dólares nos próximos 12 meses para obter testes, tratamentos e vacinas para onde eles são mais necessários.

3. Apoiem a Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20 e o fundo intermediário financeiro para financiamento adicional de preparação e resposta pandêmica.
4. Adotem um tratado ou acordo internacional enraizado na constituição da OMS.
5. Façam investimentos em uma OMS fortalecida, empoderada e financiada de forma sustentável, no centro da arquitetura global de saúde.

Em resumo pediu aos países de grandes economias para: Resolver a crise vacinal; Financiar integralmente o ACT Accelerator; Estabelecer a força-tarefa e o fundo; Adotar um tratado ou acordo internacional; e fortalecer a OMS.

O Diretor Geral também falou na Sessão 3 do G20 sobre Desenvolvimento Sustentável, no qual enfatizou que o mundo estava fora dos trilhos para atingir as metas relacionadas à saúde nos ODS e que agora está ainda mais atrasado. Pediu o apoio as três prioridades estratégicas da OMS:

- Abordar as razões subjacentes que fazem com que as pessoas adoçam e morram: pobreza; iniquidades raciais e de gênero; poluição do ar, mudanças climáticas, e outros determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde.
- Fortalecer a segurança sanitária nacional e global, inclusive por meio de um tratado ou acordo sobre preparação e resposta pandêmica.
- Fortalecer a atenção primária à saúde em todos os países, como base para a cobertura universal de saúde, e a primeira linha de defesa contra surtos e doenças de todos os tipos.

Em 1º. de novembro começou o evento mais importante sobre a crise climática, um fator-chave para a sobrevivência humana, e um exemplo extremo de iniquidades globais onde aqueles que causam o problema não são os que pagam o preço mais alto por suas consequências. Mesmo após as evidências bem estabelecidas da base científica, os maiores responsáveis adiam a ação necessária causando mais sofrimento para os países e populações mais pobres e vulneráveis em todo o mundo. A urgência dos "negociadores" está longe de ser sincronizada com as "populações" reais que sofrem com as consequências da crise climática. Eles estão pagando com vidas em vez de créditos de carbono, sofrendo na pele as duras consequências da pandemia, do preconceito e do racismo sistêmico e da falta de compaixão sistemática dos mais ricos com os excluídos e desfavorecidos.

O site oficial da ONU lista quatro principais conquistas esperadas da COP26:

1. Alcançar a emissão líquida zero global até meados do século para manter as chances de um aumento de 1,5 graus. Os países estão sendo convidados a apresentar metas ambiciosas de redução de emissões para 2030 que se alinhem com o zero líquido até meados do século — focado em acelerar a eliminação gradual do carvão, reduzir o desmatamento, acelerar a mudança para veículos elétricos e incentivar o investimento em renováveis.
2. Promover a adaptação para proteger as comunidades e os habitats naturais. O clima já está mudando, e continuará a mudar mesmo quando reduzirmos as emissões, com efeitos devastadores. Na COP26, precisamos trabalhar juntos para permitir e encorajar os países afetados pelas mudanças climáticas a proteger e restaurar os ecossistemas, construir defesas, sistemas de alerta e infraestrutura e agricultura resilientes para evitar a perda de casas, meios de subsistência e até mesmo vidas
3. Mobilização financeira para cumprir as duas primeiras metas, os países desenvolvidos devem cumprir sua promessa de mobilizar pelo menos US\$ 100 bilhões em financiamento climático por ano até 2020. As instituições financeiras internacionais devem desempenhar

seu papel, e precisamos trabalhar para liberar os trilhões em finanças privadas e do setor público necessárias para garantir o zero líquido global.

4. Trabalhar juntos para alcançar os objetivos. Na COP26, devemos: finalizar o Livro de Regras de Paris (as regras detalhadas que tornam o Acordo de Paris operacional), acelerar as ações para enfrentar a crise climática por meio da colaboração entre governos, empresas e sociedade civil.

Os quatro são essenciais, mas o Reino Unido, a ONU e os negociadores não encontram espaço para a saúde como objetivo principal. Eles estão negligenciando a relevância das ameaças à saúde pública para a sustentabilidade do planeta novamente. Evitar o agravamento da crise climática deve incluir os princípios que promovem a essência da equidade em saúde: os Direitos Humanos. Garantir um líquido-zero com base em associações financeiras e processos de desenvolvimento que não considerem a necessidade de um sistema de saúde equitativo, sustentável e neutro em carbono baseado em direitos humanos e na Declaração de Astana é um modelo de negócio de curta duração. O princípio do direito à saúde incorporou a noção fundamental de equidade para todos e a inevitável necessidade de abordar a saúde planetária, que abrange o cuidado com o planeta, os seres humanos e a equidade.

Os participantes da COP26 de Glasgow 2021 nas zonas azul e verde deveriam considerar a equidade em saúde um conceito fundamental para orientar quaisquer ações tomadas por empresas, governos e sociedade civil. Deveriam também levantar a voz em favor do direito à saúde daqueles que já estão pagando pela crise climática e pela necessidade de uma convenção-quadro da ONU sobre saúde global e equidade sustentável em saúde.

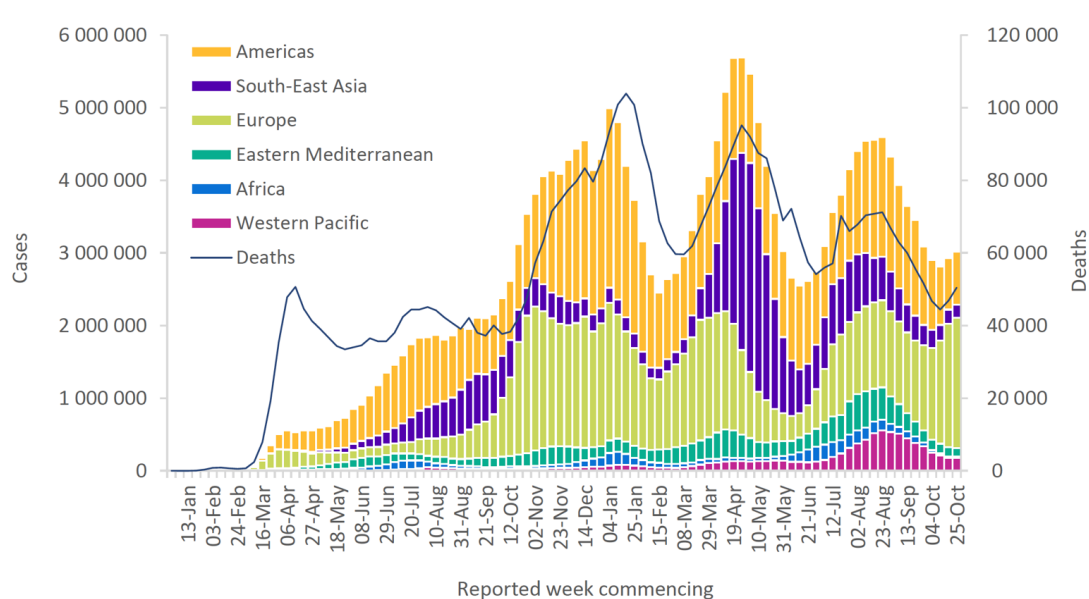
Situação epidemiológica mundial

Durante a semana de 25 a 31 de outubro de 2021, observou-se ligeira tendência de alta (aumento de 3%). Além da Região Europeia da OMS, que registrou um aumento de 6% nos novos casos semanais em relação à semana anterior, outras regiões relataram declínios ou tendências estáveis. As maiores quedas foram registradas na Região Do Mediterrâneo Oriental (12%), seguidas pelo Sudeste Asiático e regiões africanas (ambas 9%).

As novas mortes semanais aumentaram 8% em relação à semana anterior, com mais de 50 mil novas mortes. O aumento observado nas novas mortes semanais tem sido impulsionado principalmente pela Região do Sudeste Asiático, que registrou o maior aumento (50%), seguida pela Região Europeia (12%) e região do Pacífico Ocidental (10%).

Até 31 de outubro, mais de 246 milhões de casos confirmados e quase 5 milhões de mortes foram relatadas.

COVID-19 casos notificados semanalmente pela Região da OMS, e mortes globais Situação for Região



ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPS)

A diretora da OPS continua em sua campanha pelo aumento da capacidade de fabricação de vacinas na América Latina e no Caribe. Em uma declaração à imprensa ela salientou que como primeiro passo, a Organização Panamericana da Saúde (OPS) selecionou uma empresa privada na Argentina e um instituto público no Brasil (Fiocruz) como centros de desenvolvimento e produção de vacinas utilizando a tecnologia mRNA.

G77, MNA e Cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC, a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC



Considerando que a transformação digital é a chave para acelerar o progresso em direção aos ODS e que a inovação digital contribui para o acesso às informações, reduz os custos, melhora a prestação de serviços, cria novos empregos, gera novos fluxos de renda e ajuda a conservar recursos, foi lançado em junho de 2021, o Desafio de Inovação Digital do Sul Global para a Covid-19. Esta, foi uma colaboração entre o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT).

O desafio buscou identificar soluções digitais inovadoras e replicáveis que permitissem aos países, sociedades, comunidades, instituições e indivíduos do Sul Global lidar com os efeitos em cascata da pandemia. Este desafio já havia sido anunciado no (CADERNOS CRIS 12-21).

O desafio foi um sucesso e foram recebidas mais de 250 inscrições. Foi convocado um comitê de especialistas com mais de 40 membros para analisar e selecionar as melhores propostas e no dia 29 de outubro, durante o *Global Innovation Forum* (Fórum de Inovação Global) de 2021 foram anunciados os 10 vencedores.

Os 12 projetos selecionados vieram dos seguintes países: Kenia, Gana, Índia (2), Cambodia, Uganda (2), Equador/USA/, Colômbia, Tunísia, Jordânia, Nigéria.

As propostas vencedoras receberão um financiamento inicial de até US\$ 25.000 (termos e condições se aplicam) para implementar, melhorar e escalonar as soluções propostas em seus projetos, com orientação, suporte e treinamento até o final de abril de 2022.

Mais detalhes sobre cada projeto, [clique aqui](#).

Relatório de 2021 do Secretário-Geral sobre o estado da Cooperação Sul-Sul

O relatório do Secretário-Geral (SG) sobre o estado da Cooperação Sul-Sul destaca as políticas e programas Sul-Sul para prevenir a Propagação da COVID-19 e promover sua recuperação em nível global, regional e nacional, de janeiro de 2020 a agosto de 2021.

O relatório do SG foi apresentado pelo Diretor (ai) do UNOSSC, ao Comitê Econômico e Financeiro (Segundo Comitê) da AGNU em 14 de outubro de 2021.

O documento destaca medidas concretas realizadas pelo sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e seu apoio às iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular dos Estados Membros em níveis global, regional e nacional desde o lançamento do relatório anterior (A/75/234⁷), incluindo a implementação das recomendações contidas no documento final do BAPA+ 40 e contribuições globais para combater a pandemia do Covid-19. O relatório também destaca a crescente relevância, integração e institucionalização do apoio das Nações Unidas a essa cooperação.

O relatório conclui com recomendações sobre maneiras de utilizar ainda mais a cooperação Sul-Sul como uma modalidade de desenvolvimento chave para acelerar o progresso em direção ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável durante a atual Década de Ação.

Para ter acesso ao relatório completo, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁸, Nairóbi (UNEP)⁹, Paris (UNESCO)¹⁰, Roma (FAO/IFAD)¹¹, Viena (UNIDO)¹² e Washington ((G-24)¹³.

⁷ A/75/234 - South-South Cooperation. Resolução adotada pela AGNU em 21 de dezembro de 2020. - <https://undocs.org/en/A/RES/75/234>

⁸ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹⁰ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹¹ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹² UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹³ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Entre os dias 14 e de outubro de 2021, o G-77 e a China participaram de 5 reuniões da Assembleia Geral.

14 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas sobre as consultas informais sobre o funcionamento do sistema renovado de coordenador residente incluindo sua estrutura, desempenho e financiamento.

Em 2018, por conta da resolução 72/279 sobre o reposicionamento do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas¹⁴, a Assembleia Geral decidiu criar a função de coordenador independente, imparcial, com autoridade e foco no desenvolvimento sustentável para o sistema de desenvolvimento da ONU e solicitou ao Secretário-Geral para fortalecer a autoridade e liderança dos coordenadores residentes com vistas a apoiar os países na implementação da Agenda 2030.

A AGNU enfatizou que o financiamento adequado, constante e sustentável do sistema de coordenador residente é essencial para oferecer uma resposta coerente, eficaz, eficiente e responsável de acordo com as necessidades e prioridades nacionais, e decidiu sobre os fluxos de financiamento para o período inicial. A AGNU também solicitou ao Secretário-Geral que revisasse as recomendações sobre o funcionamento do sistema renovado de coordenadores residentes, incluindo o seu financiamento.

E agora, ao final desta revisão, devemos nos perguntar: honramos a resolução 72/279? Estamos dando ao sistema de desenvolvimento da ONU as ferramentas que ela precisa para cumprir a Década de Ação? O resultado desta revisão está se traduzindo em um sistema de coordenadores residentes fortalecido?

O que devemos todos ter em mente é que os coordenadores residentes estão no coração do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

18 de outubro de 2021

Declaração feita pela missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas sobre o artigo 64 da agenda: A soberania do povo palestino no território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém oriental e do povo Árabe no Golan Sírio ocupado sobre seus recursos naturais, no Segundo Comitê da 76ª sessão da Assembleia Geral

A Agenda 2030, reconhece que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e nenhuma paz pode ocorrer sem desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 também promete não deixar nenhum país e ninguém para trás. Ressalta ainda que sejam tomadas novas medidas e ações eficazes (em conformidade com o direito internacional) para remover os obstáculos para a plena realização do direito de autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial

¹⁴ Repositioning of the United Nations development system in the context of the quadrennial comprehensive policy review of operational activities for development of the United Nations system - <https://undocs.org/a/res/72/279>

e estrangeira que afetam negativamente suas economias. e desenvolvimento social, bem como seu meio ambiente.

O relatório da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) revelou que, com a trajetória atual, e sem mudanças drásticas e positivas nas condições existentes, o povo palestino e sírio ficaria para trás e não seria capaz de alcançar seus objetivos de desenvolvimento sustentável, se não tiverem soberania sobre seus recursos naturais.

A pandemia do Covid 19 atingiu a economia palestina já enfraquecida e agravou as terríveis condições econômicas no Território ocupado da Palestina. Após três anos de desaceleração econômica e declínio do produto interno bruto (PIB), o ano de 2020 foi um dos piores anos para a economia palestina desde a recessão de 2002, com déficits fiscais, pobreza elevada e desemprego.

Além disso, o acesso à educação no Território ocupado da Palestina que já se encontrava em estado crítico antes da pandemia, como resultado das políticas e práticas da ocupação, só se exacerbou com a pandemia do Covid-19.

Parte da Cisjordânia, que contém os recursos naturais mais valiosos, continua praticamente proibida para qualquer intervenção do Governo da Palestina; bem como para produtores e investidores interessados na região. Os fechamentos, especialmente em Gaza, continuam a limitar o acesso a materiais e tecnologias que poderiam promover o uso eficiente de energia, água e outros recursos naturais para os palestinos.

O G-77 e a China deploram o impacto negativo e prejudicial dos assentamentos israelenses sobre os recursos naturais palestinos e árabes, especialmente como resultado do confisco de terras e do desvio forçado de recursos hídricos, incluindo a destruição de pomares e plantações e a apreensão de poços de água pelos colonos israelenses e das terríveis consequências socioeconômicas impostas ao povo palestino. Os setores de água, saneamento e higiene são cronicamente vulneráveis, principalmente como resultado das restrições israelenses impostas ao desenvolvimento da infraestrutura do setor, agravadas pelas mudanças climáticas, e as limitações enfrentadas pelo governo palestino e autoridades locais.

O Grupo reitera seus apelos a Israel, como potência ocupante, para cumprir com suas obrigações, com o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário, e o cessar imediata e completamente todas as políticas e medidas destinadas à alteração do caráter e do status do Território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental. Apelamos também para a interrupção de todas as ações, incluindo aquelas perpetradas por colonos israelenses, prejudicando o meio ambiente, incluindo o despejo de todos os tipos de resíduos no Território ocupado da Palestina, incluindo Jerusalém Oriental, e nos territórios ocupados Golã da Síria. Estas ações ameaçam gravemente os recursos naturais, nomeadamente os recursos hídricos e terrestres, e que representam uma ameaça para o ambiente, o saneamento e a saúde das populações civis.

28 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de Orçamento-Programa para 2022: Estimativas revisadas resultantes das deliberações e decisões do ECOSOC em sua sessão de 2021 na parte principal do quinto comitê durante a 76ª sessão da UNGA.

É fundamental para o G-77 e a China garantir que os mandatos aprovados pelos órgãos intergovernamentais das Nações Unidas recebam recursos adequados para garantir o sucesso de sua implementação. É responsabilidade do 5º Comitê¹⁵ cumprir este mandato.

O G-77 e a China celebram a resolução 2021/31 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), intitulada "Acompanhamento do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe"¹⁶, por meio da qual os Membros solicitam recursos ao Secretário-Geral para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para o desempenho de suas funções de secretariado do "Acordo de Escazú".

Este importante acordo internacional entrou em vigor em abril de 2021 e deve agora, receber, de forma temporária, recursos adicionais no valor de U\$500.400 a disposição do Secretário Geral. Isso inclui recursos financeiros e o estabelecimento de três assistentes gerais temporários.

Vale lembrar que a reunião que culminou com o Acordo de Escazú foi realizada em 4 de março de 2018 e precisava ser ratificada por, pelo menos 11 países, para entrar em vigor. O acordo de Escazú garantiu 12 ratificações e entrou em vigor no dia 22 de abril de 2021, mesmo dia em que se comemora o Dia Internacional da Mãe Terra.

O Acordo emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio + 20), e é o primeiro instrumento juridicamente vinculado, **no mundo**, a incluir disposições sobre propostas por defensores dos direitos humanos ambientais (*Environmental human rights defenders* - EHRDs) e é também o primeiro acordo ambiental adotado na América Latina e Caribe.

Uma de suas principais disposições inclui o reconhecimento do direito das gerações presentes e futuras de viver em um ambiente saudável. O encontro de alto nível foi organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e na ocasião a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, afirmou: "o Acordo de Escazú chega em um momento muito oportuno porque podemos selar um compromisso real com a mudança. Ele é a pedra fundamental para a democracia ambiental, a cooperação internacional e o multilateralismo e que deve estar centrada em uma abordagem baseada nos direitos humanos".

Considerando o alto número de defensores dos direitos humanos ambientais mortos, bem como a crise climática em curso, a entrada em vigor do Acordo de Escazú representa um passo importante para a proteção e promoção dos direitos humanos na região.

O Brasil não é um dos signatários desse acordo.

A Guiana foi o primeiro país a ratificar o Acordo de Escazú e os outros signatários são, em ordem alfabética: Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Equador, México, Nicarágua, Panamá, São Vicente e Granadinas, São Cristovão e Névis, Santa Lúcia e Uruguai.

¹⁵ O **Quinto Comitê** é o Comitê Administrativo e Orçamentário da AGNU. Com base nos relatórios do 5º Comitê, a Assembleia Geral considera e aprova o orçamento da Organização.

¹⁶ Resolução 2021/31 do ECOSOC: "Acompanhamento do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe". https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43583/1/S1800428_en.pdf

Em outro ponto desta agenda, desta mesma reunião, o G-77 e a China também ressaltam a resolução 2021/18 do ECOSOC que prorroga o mandato do Grupo Consultivo *Ad Hoc* sobre o Haiti¹⁷ até a conclusão da sessão da AGNU em 2022. Esta prorrogação tem o objetivo de acompanhar de perto e fazer recomendações sobre a estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Haiti promover a sua recuperação, reconstrução e estabilidade socioeconômica. Isto é ainda mais importante devido à situação particularmente difícil que o país tem enfrentado nos últimos meses.

Observamos que os requisitos financeiros decorrentes da adoção da resolução são de U\$ 47.900, a serem acomodados dentro dos recursos a serem disponibilizados na seção 9 sobre Assuntos Econômicos e Sociais, do Projeto de Orçamento-Programa para 2022.

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de Orçamento-Programa para 2022, condições de trabalho da Comissão do funcionalismo internacional (ICSC) e do Comitê assessor para as questões administrativas e orçamentárias (ACABQ)

O G-77 e a China destacaram as seguintes áreas no relatório do Secretário-Geral sobre as condições de serviço e remuneração dos membros da Comissão do funcionalismo internacional (ICSC) que, trabalham em tempo integral, e o Presidente do Comitê assessor para as questões administrativas e orçamentárias, em particular seus direitos e compensação financeira, estas são:

- - Salário líquido anual;
- - Subsídio anual especial;
- - Benefícios da aposentadoria;
- - Remuneração de aposentadoria;
- - Cobertura em caso de doença, lesão ou morte atribuível ao serviço na ONU;
- - Ajuda de custo para viagens oficiais;
- - Direitos de viagem, etc.

O Grupo valoriza o papel central desempenhado pelo ICSC na manutenção e no fortalecimento dos padrões do serviço público internacional, como meio para a Organização atrair e reter uma força de trabalho reconhecida por sua excelência. No entanto, o G-77 e a China continuam preocupados com as condições de trabalho do Comitê assessor e de todos os seus membros.

Observa-se que o volume e a complexidade da carga de trabalho do Comitê assessor aumentaram significativamente nos últimos anos. Como consequência, o Comitê se reuniu por 44 semanas este ano; o equivalente a 10 a 11 meses do ano. Tais requisitos operacionais exigem a presença em tempo integral dos membros do Comitê em Nova York, porém as condições de trabalho se equiparam a membros de outros órgãos da ONU que têm reuniões anuais de apenas duas a quatro semanas.

Também observamos que os membros do Comitê assessor para as questões administrativas e orçamentárias (ACABQ), provenientes de países em desenvolvimento, muitas vezes, não recebem apoio material de seus países e realizam seu trabalho sem seguro médico

¹⁷ Ad Hoc Advisory Group on Haiti https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/RES/2021/18

ou auxílio-educação. Ao conceder-lhes estes direitos, a AGNU melhoraria muito o trabalho do Comitê e beneficiaria toda a Organização.

Em seu relatório, Secretário-Geral indicou que a carga de trabalho da Comissão havia aumentado progressivamente em complexidade, exigindo mais tempo para suas considerações, conforme refletido em muitos relatórios.

Como forma de resolver isso, o Secretário-Geral destacou os benefícios potenciais do estabelecimento do Comitê como um comitê permanente, com o qual o G-77 e a China concordam, devido à sua crescente carga de trabalho e complexidade nas questões consideradas por este Comitê.

Considerando que esta questão do ACABQ está na ordem do dia do Quinto Comitê desde a 67ª sessão da AGNU¹⁸, sem haver quaisquer alterações desde então, o Grupo irá propor mais uma vez que o ACABQ seja estabelecido como um comitê permanente e que seus membros tenham o status de funcionários a ONU.

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 140 da agenda: Melhorar a situação financeira das Nações Unidas 2021 na parte principal do quinto comitê durante a 76ª sessão da UNGA.

Considerando que pandemia COVID-19 trouxe muitos transtornos socioeconômicos, incluindo uma forte contração da economia global em 2020, o G-77 e a China avaliam que haverá uma recuperação econômica desigual em um mundo desigual. Embora alguns países desenvolvidos já estejam no caminho da recuperação, projeta-se que as economias em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, se recuperarão em um ritmo mais lento devido a suas fragilidades e vulnerabilidades adicionais. Para permitir que todos os Estados membros se recuperem de forma sustentável, a ONU e o sistema multilateral devem estar adequadamente financiados.

Ressaltamos que o financiamento é um importante elemento de sustentação da governança da ONU. Para cumprir seu mandato, as Nações Unidas devem ser financiadas de forma adequada e esperada. O G-77 e a China seguem preocupados com a liquidez em curso no orçamento regular da Organização. Reconhecemos que a situação financeira melhorou em comparação com o ano anterior, em parte devido ao acerto financeiro realizado em abril de 2021, e agradecemos a todos os Estados Membros que já pagaram suas cotas.

No entanto, a imprevisibilidade no pagamento das cotas regulares dos Estados-Membros tem resultado, repetidamente, em medidas extraordinárias, como a desaceleração nas contratações e o controle de gastos, que afetam negativamente o cumprimento dos compromissos da ONU. O Grupo reitera que a gestão orçamentária e distribuição de recursos deve ser motivada pela atuação dos programas e não com base em fundos disponíveis em caixa. O Grupo está, portanto, extremamente preocupado com o fato de que mais de três quartos dos atuais atrasos no pagamento das cotas regulares estejam atribuídos a um único Estado membro. Para piorar as coisas, esse Estado membro está se beneficiando de um teto artificialmente imposto sobre suas contribuições, que teve como premissa a liquidação não cumprida de atrasos anteriores. Instamos esse Estado membro a cumprir sem demora com suas obrigações

¹⁸ 67ª sessão da Assembleia Geral da ONU foi realizada no ano de 2012

financeiras e jurídicas para com a Organização. Os ciclos fiscais nacionais não devem ser usados como desculpa para atrasos nos pagamentos de cotas regulares da ONU dada a previsibilidade do ciclo orçamentário das Nações Unidas.

A capacidade da Organização de cumprir com suas obrigações depende totalmente dos pagamentos feitos à ONU. É extremamente preocupante que o mesmo Estado membro, que responde por três quartos dos atrasos no orçamento ordinário, também deva à ONU mais da metade de todas as pendências na manutenção da paz. Apesar de já se beneficiar de uma distorção fundamental na determinação de como a Organização é financiada, este Estado membro continua retendo unilateralmente suas contribuições, embora ainda se beneficie de seus privilégios especiais no Conselho de Segurança. Solicitamos aos Estados membros, que estejam em condições de fazê-lo, que ponham em prática suas palavras e compromissos, saldem suas dívidas e paguem suas cotas integralmente em dia e incondicionalmente. Enfatizamos também que os países desenvolvidos devem assumir mais responsabilidades financeiras com Nações Unidas.

Destacamos por último que apesar de ser responsável por uma parcela cada vez maior dos encargos financeiros das Nações Unidas, o Grupo continua empenhado em participar de forma construtiva em todos os esforços para resolver as dificuldades financeiras da Organização. Embora os países em desenvolvimento enfrentem grandes desafios econômicos, continuam a levar muito a sério suas contribuições para a ONU. Da mesma forma, pedimos aos nossos parceiros que façam o mesmo. Caso contrário, estaremos preparando a Organização para o fracasso em um momento em que seu sucesso é mais imperativo.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Em julho de 2021, ficou acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA até 2023 quando então a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Nenhum destaque do MNA

Líderes Reunidos: G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Thaiany Medeiros e Vinicius Roland

29/10 - O G20 estabeleceu um Task-Force conjunto sobre Finanças-Saúde para reforçar a prevenção, preparação e resposta a pandemias

Fonte: <https://www.g20.org/the-g20-established-a-joint-finance-health-task-force-to-strengthen-pandemic-prevention-preparedness-and-response.html>



No dia 29 de outubro de 2021, os Ministros das Finanças e da Saúde do G20 reuniram-se para a sua primeira reunião conjunta sob a Presidência italiana. Os Ministros chegaram a um comunicado conjunto¹⁹ que estabelece, dentre os pontos:

O controle da pandemia no mundo rapidamente e o reforço dos esforços coletivos de preparação, prevenção, identificação, e resposta a futuras pandemias. Neste sentido, o G20 tomará todas as medidas para avançar a meta global de vacinar pelo menos 40% da população em todos os países até ao final de 2021 e 70% até meados de 2022.

O aumento do fornecimento de vacinas, contramedidas e insumos médicos nos países em desenvolvimento e a eliminação das restrições relevantes de fornecimento e financiamento. Para tal, o G20 continuará a apoiar o *ACT-Accelerator* e a extensão do seu mandato até 2022, avançando a colaboração com iniciativas globais e regionais.

Reconheceram que o financiamento dos PPR (prevenção, preparação e resposta) tem que ser melhorado, mais sustentável e melhor coordenado, requerendo um trabalho contínuo entre os decisores em matéria de saúde e de financiamento, incluindo abordar potenciais lacunas de financiamento, mobilizar uma combinação adequada de mecanismos de financiamento multilaterais existentes e explorar a criação de novos mecanismos.

¹⁹ Na íntegra em: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-Joint-Finance-and-Health-Ministers-Communique-29-October-2021.pdf>

Por fim, para concretizar essas ideias, concordaram em estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto Finanças-Saúde. Este Grupo de Trabalho irá reforçar a colaboração e cooperação global, promoverá a troca de experiências e melhores práticas, desenvolvendo acordos de coordenação entre os Ministérios das Finanças e da Saúde, promovendo a ação coletiva e encorajando a gestão eficaz de recursos para abordar as lacunas de financiamento.

O GT é inicialmente presidido conjuntamente pelas Presidências do G20 de 2021 e 2022. Reportará aos Ministros da Saúde e das Finanças no início de 2022 e será assistida por um secretariado da OMS, com o apoio do Banco Mundial.

31/10 - G20 SUMMIT – Pontos relativos à diplomacia da saúde



Nos dias 30 e 31 de outubro de 2021, em Roma, deu-se lugar a Cúpula do G-20 sob a Presidência Italiana. Ao final do evento, os líderes adotaram a Declaração de Roma²⁰. Entre os pontos quatro e oito da declaração final do G20, os líderes das 20 maiores economias do mundo apresentaram consensos em matéria de diplomacia da saúde:

Ponto 4. Os líderes reconheceram que as vacinas são a principal ferramenta de combate à pandemia e prometeram dedicar esforços para assegurar o suprimento de imunizantes aos países de menor desenvolvimento relativo, assim como às nações de renda média. Nesse sentido, os líderes prometeram remover obstáculos logísticos e financeiros, de modo a alcançar o objetivo da OMS de imunizar 40% da população global até o final de 2021 e 70% até o fim do primeiro semestre de 2022.

Ponto 5. Os líderes do G20 prometeram apoiar esforços de pesquisa e desenvolvimento, combatendo a desinformação e ampliando a produção de vacinas em escala local e regional. Para isso, as autoridades prometeram abster-se de restrições às exportações que sejam inconsistentes com os marcos da OMC. Também, os líderes reiteraram o apoio a todos os pilares do ACT- Accelerator, incluindo o COVAX. O G20 apoia a extensão do mandato do ACT-A ao longo

²⁰ Ver na íntegra em: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-ROME-LEADERS-DECLARATION.pdf>

de 2022 e reconhece a formação da Força Tarefa Multilateral de Líderes sobre a Covid-19 (Multilateral Leaders Task Force on Covid-19). Os líderes parabenizaram o Conselho de Facilitação em matéria de Produção de Vacinas (Facilitation Council Vaccine Manufacturing Working Group) e seu relatório em favor da aplicação da base manufatureira de imunizantes. Inclusive, o G20 continuará a apoiar a distribuição de vacinas em países de menor desenvolvimento relativo e de renda média, por meio de pontos nodais (hubs) de transferência de tecnologia como os MRNA Hubs estabelecidos na África do Sul, no Brasil e na Argentina. Os líderes também reconheceram o esforço de dashboard sobre oferta de vacinas, o qual foi estabelecido pelo Banco Mundial, FMI e OMS.

Ponto 6. Os líderes também reafirmaram o compromisso assumido na Declaração de Roma da Cúpula da Saúde Global, que funcionará como um guia para a ação coletiva em matéria de saúde. As lideranças também reconheceram a necessidade de reforçar os mecanismos financeiros necessários para a prevenção e resposta às pandemias. Destacadamente, as autoridades reconheceram a necessidade de uma melhor cooperação entre tomadores de decisão na área de saúde e finanças. Nesse sentido, os líderes estabeleceram uma Força Tarefa Conjunta em Saúde e Finanças para aprimorar essa cooperação e a troca de boas práticas, além de avaliar situações sanitárias com efeitos transfronteiriços. Essa força tarefa adotará a noção de *saúde única* como base de ação e, até o início de 2022, ela apresentará modelos para estabelecer um mecanismo financeiro que assegure recursos financeiros para a prevenção e resposta às pandemias.

Ponto 7. O G20 reafirmou o compromisso de alcançar a Cobertura de Saúde Universal (Universal Health Coverage). Os líderes também se comprometeram a buscar o princípio da *saúde única* em todos os níveis de governança, por meio de auxílios aos mecanismos de monitoramento e alerta coordenados pela OMS, FAO, Organização Mundial da Saúde Animal e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O G20 também irá apoiar esforços científicos para reduzir o ciclo de desenvolvimento de vacinas, tratamentos e diagnósticos.

Ponto 8. O G20 reafirmou a importância de abordar desdobramentos sanitários decorrentes do isolamento social, desemprego, insegurança alimentar, violência doméstica e redução do acesso à educação, inclusive sexual. Além disso, os líderes reforçaram a importância de tratar de desafios sanitários não diretamente relacionados com a pandemia da Covid-19 como a Malária. Nesse sentido, as autoridades pretendem atualizar e fortalecer os recursos humanos na área de saúde, por meio do *Global Innovation Hub for Improving Value in Health (Hub global de Inovação para Aumentar o Valor em Saúde)*. As autoridades também parabenizaram a iniciativa Academia OMS (WHO Academy) e a Public Health Workforce Laboratorium, que foi proposta pela presidência Italiana do G20.

31/10 - G20 Summit e meio ambiente: a falta de compromissos concretos e ambiciosos

Fontes: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-01/g-20-busca-conter-o-aquecimento-em-15-grau-mas-evita-compromissos-ambiciosos.html>

<https://www.reuters.com/business/environment/g20-leaders-face-tough-climate-talks-second-day-summit-2021-10-30/>

Em matéria de esforços para reduzir os impactos da mudança climática, os principais pontos a serem destacados são: o comprometimento dos líderes em limitar o aquecimento global a 1,5 grau acima do nível pré-industrial e o comprometimento em cessar o financiamento a fontes energéticas poluentes, como usinas de carvão, em outros países. Quanto a isto, nada

foi delimitado em termos de limitar a exploração deste combustível nos próprios países membros, não havendo qualquer referência ou perspectiva a pôr um fim no uso no texto final da Declaração. Isso pode ser explicado pela relutância de membros como a China e a Índia em abrir mão dessas fontes energéticas. Outro ponto de destaque foi o compromisso em acelerar os esforços para eliminar e racionalizar os subsídios para combustíveis fósseis, mas pouco foi falado sobre a redução de metano.

Em relação ao suporte aos países mais vulneráveis na sua transição ecológica, os líderes reafirmaram a importância do acordo realizado para destinar 100 bilhões de dólares por ano entre 2020 a 2025 para esses países, meta que ainda não foi cumprida. Outro ponto que mostra a debilidade das medidas é a falta de compromissos concretos no destaque do objetivo de alcançar a neutralidade de emissões de gases de efeito estufa antes da metade deste século. A China, o maior emissor mundial de CO₂, estabeleceu uma data limite de 2060, e outros grandes poluidores como a Índia e a Rússia também não se comprometeram com a data limite de 2050. O primeiro-ministro italiano e anfitrião da cúpula, Mario Draghi, reforçou a importância em transformar o modelo econômico atual e enfrentar os custos da transição energética, caso contrário o risco de fracasso é alto.

O Presidente americano, Joe Biden, destacou a falta de comprometimento da China e Rússia no encontro dos líderes neste fim de semana. A chanceler alemã Angela Merkel disse que o acordo era um bom sinal para a COP26, mas o primeiro-ministro do Canadá Justin Trudeau sinalizou que teria gostado de ver mais ambição.

O próximo evento importante no âmbito dos esforços para conter as consequências do aquecimento global será a COP26, a ser sediada em Glasgow, do dia 31 de Outubro a 12 de Novembro. O G20 entregou pouco sobre a questão climática, deixando um trabalho mais árduo para a COP26.

Saúde Global na Cúpula do G20 em Roma

Santiago Alcázar, Paulo M. Buss e Pedro Burger

Encerrou-se no domingo, dia 31 de outubro, em Roma, sob a Presidência da Itália, a Cúpula do G-20. A presidência italiana escolheu centrar o foco de atenção daquele grupo nos mesmos três pilares da Agenda 2030: povo, planeta e prosperidade. Seis anos após a adoção daquela Agenda e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, e em plena pandemia, a escolha italiana era mais que bem-vinda.

Como se recordará, no já longínquo ano de 2015, os líderes do mundo, reunidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, adotaram a resolução A/RES/70/1 intitulada “*Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*”. Naquele momento iluminado, os líderes recordaram que 70 anos antes, uma geração anterior havia se unido para criar as Nações Unidas. *Hoje*, disseram, *resolvemos fazer um futuro melhor para todos*²¹. Para tanto, estabeleceram 17 ODS, que teriam que ser cumpridos até 2030, entre os quais caberia destacar, a guisa de exemplo, a erradicação da pobreza e da fome. Todo ano, comissões nacionais criadas com o propósito de monitorar a implementação nacional dos ODS, comprometer-se-iam com o feito de relatórios de acompanhamento, com vistas a facilitar eventuais correções de rumo. 2030 era assim o Norte para as políticas e ações dos governos, comprometidos que estavam com a Agenda e os seus ODS. A esperança parecia irresistível.

Veio a pandemia. O impacto foi tremendo, como se tivéssemos sido atingidos por um meteorito gigante. Saltaram à vista enormes inequidades e injustiças que a todos convenceram que o “normal” havia sido atingido. Meses depois, enquanto a poeira ia se assentando, técnicos comprometidos e engajados correram para medir os estragos feitos à Agenda 2030 e aos seus ODS. Foram severos. A pobreza, que vinha sendo progressivamente reduzida, aumentou, assim como a fome. De igual maneira, os outros ODS também pareciam haver sido gravemente atingidos. Todo o esforço para cumprir a meta 2030 parecia comprometido. Instalou-se a frustração. O compromisso com 2030, que era como uma promessa, não mais seria alcançado.

Os técnicos, comprometidos e engajados, vinham dizendo que, ano a ano, os ODS sempre estiveram defasados, mas ninguém lhes dava ouvidos. A pandemia, diziam aqueles, apenas acentuou as inequidades, não as produziu. Era preciso retomar o caminho. Foi o que fez a presidência italiana do G-20, ao focar sua atenção nos mesmos três pilares da Agenda 2030.

O pano de fundo hoje é o de um mundo dominado por desconfianças, negacionismos, supervalorização do individualismo e enfraquecimento do multilateralismo. O trabalho a ser feito é ladeira acima. Na Cúpula do G-20 sobre Saúde Global, que se realizou em 21 de maio de 2021, os líderes reconheceram que a imunização extensiva constitui um bem público global e que a pandemia somente terminará quando todos os países a tenham efetivamente dominado.

Vacinação equitativa, investimentos sustentáveis em bens públicos, com ênfase na saúde, promoção do conceito “Uma Saúde”, pelo qual se unem saúde humana, saúde animal e saúde planetária – são alguns dos elementos presentes na Declaração de Roma²², o documento final daquela Cúpula sobre Saúde Global.

Mereceria aplausos se tivesse resultado em ações concretas. Alcançar vacinação equitativa, por exemplo, reclama enfrentar a falta de financiamento que trava o funcionamento

²¹ Ver parágrafos 50 e 51, em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>

²² Ver: https://global-health-summit.europa.eu/rome-declaration_en

a contento do *Access to Covid-19 Tools Accelerator* (ACT-T, nas siglas em inglês) e de sua vertente de vacinas, a *COVAX Facility*, iniciativa liderada pela OMS. O ACT-T engloba extensa gama de produtos necessários para a Covid-19, que inclui, entre outros, medicamentos, diagnósticos e válvulas para respiradores. A *COVAX Facility* foca no acesso a vacinas.

Ambas as duas estão severamente subfinanciadas. Segundo documento do FMI intitulado “*A proposal to end the Covid-19 pandemic*”²³, divulgado dias antes da Cúpula sobre Saúde Global, US\$ 50 bilhões seriam necessários para imunizar ao menos 40% da população mundial até o final de 2021 e ao menos 60%, até o final do primeiro semestre de 2022. Os recursos, que deveriam provir de governos, doações de fundos privados, com apoio de agências multilaterais, financiaria a compra de vacinas, diagnósticos, mapeamento diagnóstico, manutenção de estoques adequados de medicamentos e outros insumos, bem como implementar medidas de saúde pública onde a cobertura vacinal é pequena.

Segundo os autores, os US\$ 50 bilhões empalideceriam frente aos US\$ 9 trilhões de perdas para a economia global, caso nada se fizesse. Como todos sabem, pouco foi feito, pois não somente o ACT-T e a *COVAX Facility* continuam subfinanciados, como a imunização extensiva limitou-se a um punhado de países. Segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, até o final de setembro deste ano, 10 países haviam utilizado mais de 75% de todas as vacinas produzidas no mundo. A situação não era boa. Não apenas os ODS estavam defasados e fora de alcance, a imunização extensiva encontrava-se comprometida por nacionalismos vacinais obscenos. O G-20, pelo menos no plano retórico, no entanto, não desanimava.

Em 15 de junho, quase um mês após a Cúpula sobre Saúde Global, distinto grupo de peritos, constituído de ministros de finanças/economia e presidentes dos bancos centrais dos países membros do G-20, reuniram-se em Veneza²⁴, com o propósito de continuar as discussões de como recuperar a economia global e como preparar-se para a próxima pandemia, o que é curioso, pois se admite que entramos numa era de pandemias e não há nada que se possa fazer. Aquecimento global e perda da biodiversidade, sabe-se, podem gerar pandemias. As políticas para reverter essas tendências, no entanto, parecem fora de alcance, como os ODS.

O G-20 sabe, no entanto, que sem um robusto sistema de financiamento, o mundo será incapaz de gerir futuras pandemias. Com a finalidade de encontrar soluções para financiar bens públicos globais e sistemas resilientes, estabeleceu em janeiro de 2021, um Painel Independente de Alto Nível, que produziu um informe²⁵ a ser tomado em conta nas deliberações dos líderes. Os trabalhos do Painel guiaram-se pela premissa que estabelece o financiamento da prevenção, preparação e resposta a pandemias como um bem público global, bem como por uma outra que afirma que o acesso universal e equitativo àquele bem público é uma necessidade científica e econômica à luz do compromisso de não deixar ninguém para trás. Sabia-se e sabe-se o que tem que ser feito. Agora é preciso fazer.

De 5 a 6 de setembro, os ministros da saúde do G20 reuniram-se em Roma para repetir o que, em grandes linhas, havia sido dito pelos líderes em maio e pelos membros do Painel Independente de Alto Nível, no seu informe. A Declaração dos Ministros da Saúde do G-20, que pode ser lida por quem tiver curiosidade comprova que não há nada novo que não tenha sido

²³ Ver: <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2021/05/19/A-Proposal-to-End-the-COVID-19-Pandemic-460263>

²⁴ Ver: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/07/Communique-Third-G20-FMDBG-meeting-9-10-July-2021.pdf>

²⁵ Ver: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/07/G20-HLIP-Report.pdf>

dito anteriormente²⁶, não obstante a grande extensão da mesma. O entusiasmo dos primeiros dias com a presidência que havia recordado a importância de enfatizar os três pilares da Agenda 2030 começava a arrefecer.

Em 12 de outubro, ministros do comércio do G20 reuniram-se em Sorrento para levar adiante o debate sobre o financiamento da tríade povo, planeta e prosperidade. Com relação ao tema saúde e comércio, os ministros reiteraram o que os líderes já haviam dito em maio, tal e como anteriormente os ministros da saúde. Salientaram, por exemplo que qualquer medida de emergência seja consistente com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), leia-se com o Acordo TRIPS. Sublinharam a importância da 12ª Conferência Ministerial daquela Organização, que deverá realizar-se de 30 de novembro a 3 de dezembro, em Genebra, que deverá tratar da proposta de suspensão (*wave*) dos direitos de propriedade intelectual sobre vacinas (EUA) e sobre ampla gama de produtos para a Covid-19, que inclui medicamentos, diagnósticos e válvulas para respiradores, entre outros, ademais de vacinas (África do Sul e Índia), bem como da questão de habilitar a produção daqueles produtos por terceiros, por meio da criação de *hubs* regionais. Nada novo que encoraje desbravamentos heroicos.

Com relação ao *waiver* da proteção patentária de vacinas, é preciso esclarecer que a produção de vacinas avançadas para a Covid-19 é convoluta. Não há linearidade mecânica entre o que vem antes e o que segue. A biologia se encarrega de produzir resultados surpreendentes que complicam e dificultam o necessário controle para produção de efeitos desejados. Somente os atuais fabricantes de vacinas sofisticadas teriam as necessárias condições científicas, tecnológicas e financeiras para produzi-las. Assim, a própria complexidade atuaria como uma proteção natural, extra acordo, dos direitos de propriedade intelectual. Nesse contexto, o *waiver* não produziria efeitos práticos, como no singular romance de Giuseppe Tomasi di Lampedusa que tudo deve mudar para ficar como está. O famoso *waiver* de patentes seria anunciado com pompa e circunstância como a nova pedra filosofal, capaz de transformar a ganância obscena em virtude.

Às vésperas da Cúpula do G-20, realizou-se a reunião conjunta de ministros da saúde e ministros das finanças/economia²⁷. O objetivo era encontrar financiamento para os compromissos assumidos pelos líderes. O que se conseguiu foi o estabelecimento de uma Força Tarefa Conjunta dos ministros de economia e de saúde, com o propósito de aumentar o diálogo e a cooperação. Em vez de dinheiro novo, novamente um grupo de trabalho. Mais promissor, talvez, seja o Acordo alcançado entre os Ministros da Economia e os Diretores de Bancos Centrais, com vistas a abordar de maneira coordenada os desafios globais, de que são exemplo a mudança climática, a proteção ambiental e a transição para uma economia mais verde e sustentável.

Na sexta-feira, dia 29 de outubro, os Diretores Gerais (DG) da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Mundial para Migrações (OIM) e o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), encaminharam carta conjunta ao G-20, pela qual apelam aos líderes para se sensibilizarem com a necessidade de vacinar os menos favorecidos,

²⁶

Ver

https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/09/G20_Italia_2021_Health_Declaration_final_05092021_OFFICIAL.pdf

²⁷ Ver: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-Joint-Finance-and-Health-Ministers-Communique-29-October-2021.pdf>

especialmente os que se encontram em situação de risco, como migrantes, deslocados e refugiados²⁸.

No sábado, dia 30, o DG da OMS dirigiu-se aos líderes na sessão de abertura do G20. Fez uma intervenção curta e direta, baseada em cinco pedidos: 1) resolvam a crise da vacina para por um fim à pandemia; 2) financiem plenamente o ACT-A, que nos próximos 12 meses precisa US\$ 23.4 bilhões²⁹; 3) apoiem a Força Tarefa Conjunta Economia/Finanças-Saúde, com vistas a financiamento adicional para preparação e resposta a eventuais outras pandemias; 4) adotem instrumento internacional, baseado na Constituição da OMS; 5) fortaleçam e financiem sustentavelmente a OMS.

No domingo, dia 31, o G-20 adotou a Declaração Final³⁰, cujos pontos mais importantes, sob a ótica da diplomacia da saúde, são os seguintes: 1) compromisso de não seguir as restrições inconsistentes da OMC com respeito a exportações. Trata-se de dura crítica a um dos aspectos do licenciamento compulsório, cuja explicação infelizmente está aquém do escopo deste artigo; 2) estabelecimento da Força Tarefa Multilateral sobre Covid-19, com a participação do setor privado e das agências multilaterais; 3) estabelecimento de Força Tarefa Economia/Finanças-Saúde; 4) reafirmação do compromisso com os ODS; 5) apoio aos esforços para elaboração de instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias; 6) compromisso de abordar a ameaça global da mudança climática e cooperar coletivamente para alcançar uma COP-26 exitosa.

É pouco, muito pouco, para o tamanho do desafio que os líderes dos países mais ricos do mundo têm pela frente. Há reiteraões diversas, mas não se diz como serão levados a cabo. Como crer que o apelo dos DG da OMS, da OIM e do Alto Comissário para Refugiados será ouvido e levado a efeito? Como crer que os cinco pedidos do DG da OMS serão atendidos? Pior, deveriam ter feito uma ponte com a COP-26, em Glasgow, mas não fizeram, limitando-se a dizer que o desafio é grande.

Há razão para ser otimistas com respeito aos resultados da Cúpula do G-20? Não! O otimismo é produto de um pensamento mágico que não se atém a nenhum argumento causal. Para o otimista as coisas irão melhorar porque sim. Não é, no entanto, o caso de ficar com os braços caídos. Podemos ter esperança, que é outra coisa e consiste em agarrar-se a uma promessa. No nosso caso, à promessa que nos foi feita em 2015, que transformaríamos o mundo para benefício das próximas gerações.

²⁸ Ver: <https://www.unhcr.org/news/press/2021/10/617bffc64/open-letter-g20-heads-state-government-unhcr-iom.html>

²⁹ Ver: <https://www.who.int/publications/m/item/act-accelerator-strategic-plan-budget-october-2021-to-september-2022>

³⁰ Ver: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-ROME-LEADERS-DECLARATION.pdf>

A OCDE, Saúde Global e a Cúpula do G20

Pedro Burger e Júlia Abbud Ribeiro

28/10 – Bem-estar na América Latina é menor após COVID-19

A região da América Latina e Caribe foi uma das mais vulneráveis sob o COVID-19, com uma alta taxa de mortalidade e grande impacto no bem-estar de suas populações, fomentados principalmente pela gritante desigualdade na região. A OCDE utilizou seus parâmetros de bem-estar para avaliar as economias, saúde, qualidade ambiental e outros fatores nas comunidades da América Latina e Caribe. O que foi encontrado é que houve uma queda brusca na satisfação da população em estudo, principalmente entre jovens e mulheres de zonas rurais. O número de pessoas que passaram a viver sob a linha da pobreza cresceu 22 milhões, atingindo 209 milhões de pessoas em 2020. As medidas de lockdown e distanciamento social foram especialmente impactantes nas camadas onde se encontram trabalhadores informais e com salários mais baixos, os quais geralmente não possuem proteção previdenciária. Houve também um grande impacto na educação de crianças de baixa renda, assim como no acesso à saúde mental e física, situação que já era bem grave, com cerca de 25% da população da América Latina sem acesso adequado a cuidados de saúde. No relatório sobre bem-estar da população da América Latina e Caribe, há a forte sugestão de investimentos em políticas públicas voltadas para os objetivos da agenda 2030 para aumento do bem-estar da população.

Fontes: <https://www.oecd.org/newsroom/well-being-weakened-in-latin-america-as-pandemic-hits-data-show.htm>

<https://www.oecd.org/wise/how-s-life-in-latin-america-2965f4fe-en.htm>

31/10 – Secretário-Geral da OCDE comemora resultados da Cúpula do G20, após apresentação de relatório geral sobre políticas tributárias para os membros do G20

O Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann comemorou o comprometimento dos membros do G20 com o tratado tributário entre países. Foi elaborado um relatório da OCDE para os membros do G20 sobre o tratado tributário. No relatório, destaque para as questões entre políticas tributárias e mudanças climáticas, principalmente no que tange a precificação e taxação do mercado de carbono, e políticas relacionadas às emissões e sua tributação entre países. O relatório também aludiu para políticas voltadas para países com renda menor entre os países do G20 no momento de estabelecimento dos tributos unificados. Outra faceta importante trazida no relatório são as políticas fiscais nos países do G20 na recuperação pós-Covid-19. Há uma grande preocupação em políticas sustentáveis, tanto no que tange investimento em políticas de meio ambiente, quanto em políticas sustentáveis fiscalmente dentro de cada país, no médio e longo prazos.

Fontes: <https://www.oecd.org/g20/oecd-secretary-general-mathias-cormann-welcomes-outcome-of-the-g20-leaders-summit.htm>

<https://www.oecd.org/tax/oecd-secretary-general-tax-report-g20-leaders-italy-october-2021.pdf>

01/11 – Após apresentação de seu relatório sobre riscos e mitigação de danos decorrentes de mudanças climáticas, a OCDE afirma a necessidade de atacar a questão

Após a inevitabilidade das mudanças climáticas e suas consequências decorrentes, é necessário que os líderes mundiais se preparem para mitigar os danos. Há um aumento de chance de acontecimentos de enchentes, tempestades e queimadas, com impacto principalmente em países em desenvolvimento. O relatório reforça a necessidade de coesão nas ações dos países, para manter o aumento da temperatura climática em 1.5°C, realizar mais investimentos em desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de técnicas de resiliência e mais políticas públicas de apoio às populações vulneráveis, com necessidade também de assistência humanitária. Com o conceito de *saúde única* se fazendo presente nos últimos relatórios e discursos de líderes no que tange saúde pública, a atenção ao controle e manejo de riscos atrelados às mudanças climáticas se faz cada vez mais necessário com o aumento de eventos traumáticos para populações no mundo decorrentes das mudanças climáticas.

Fonte: <https://www.oecd.org/g20/oecd-secretary-general-mathias-cormann-welcomes-outcome-of-the-g20-leaders-summit.htm>

<https://www.oecd.org/publications/managing-climate-risks-facing-up-to-losses-and-damages-55ea1cc9-en.htm>

Próximos Eventos/Relatórios:

8/11- Estatísticas de 2021 de Crescimento e Bem-Estar Econômico

9/11 – Health at a Galnce 2021

Novembro - Fórum OCDE de Saúde Mental e Emprego - Disponível em:

https://oecd-events.org/mental-health-employment?utm_source=upcoming&utm_medium=web&utm_campaign=upcoming

Banco Mundial

Força-Tarefa de Líderes Multilaterais sobre as Estratégias para Acelerar o Fornecimento e Implantação de Vacinas COVID-19

No dia 30 de outubro de 2021, os chefes do BM, do FMI, da OMS e da OMC se reuniram novamente para discutir estratégias para acelerar o fornecimento e a implantação de vacinas COVID-19, especialmente em países de baixa e baixa renda média.

Durante a reunião os líderes elaboraram uma declaração em conjunto sobre os dados preocupantes a respeito da distribuição de vacinas nestes países:

A implantação global das vacinas COVID-19 está severamente fora dos trilhos, resultando em uma forte divergência entre países ricos e pobres. Das 7 bilhões de doses de vacinas administradas globalmente, apenas 35 milhões de doses, ou 0,5%, foram administradas em países de baixa renda. Nas economias avançadas, mais de 60% da população está totalmente vacinada, com alguns agora recebendo vacinas de reforço, enquanto menos de 2% da população em países de baixa renda está totalmente vacinada.

A pandemia continua sendo o maior risco para a saúde econômica, e seu impacto é piorado pelo acesso desigual a vacinas, testes, tratamentos e EPI. É por isso que precisamos alcançar as metas globais para vacinar pelo menos 40% das pessoas em todos os países até o final de 2021, e 70% até meados de 2022. Mas ainda estamos atrás: cerca de 82 países, metade dos quais estão na África, não estão no caminho certo para atingir a meta de 2021. O fornecimento inadequado de vacinas é o principal problema para esses países, que estão na parte de trás da fila de fornecimento de vacinas. Quase 500 milhões de doses a mais precisam ser entregues apenas em países de baixa renda antes do final do ano para atingir a meta de 40%.

Na declaração, os líderes convocam ações mais contundentes do G20 para acabar com a pandemia:

Para acabar com a pandemia e apoiar uma recuperação ampla, necessita que o G20: acelere as doações de doses existentes para o COVAX, comprometa novas e dê maior visibilidade nos cronogramas de entrega; execute grandes trocas de cronogramas de entrega de curto prazo com AVAT, COVAX e contratos bilaterais bem antes do vencimento das doses (como o recente anúncio entre a Moderna, a União Africana e os EUA para disponibilizar doses para a África); elimine as restrições de exportação em vacinas e insumos críticos; e concorde com ações políticas regulares de alto nível para construir a responsabilização coletiva para acabar com a pandemia.

A declaração conjunta termina com um alerta para todos e para o G20:

Ações urgentes, especialmente pelo G20, são necessárias agora. Uma falha na ação pode significar que a COVID-19 terá um impacto prolongado no médio prazo, o que poderia reduzir o PIB global em um acumulado de US \$ 5,3 trilhões nos próximos cinco anos.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/10/30/joint-statement-of-the-multilateral-leaders-taskforce-following-fifth-meeting>

Publicação: Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas 2021-2025

O Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas 2021-2025 (*World Bank Group Climate Change Action Plan 2021–2025 : Supporting Green, Resilient, and Inclusive Development*) visa avançar os aspectos das mudanças climáticas da abordagem verde, resiliente e inclusiva do BM, que busca a erradicação da pobreza e a prosperidade compartilhada com uma lente de sustentabilidade.

No Plano de Ação, países e clientes do setor privado são apoiados a maximizar o impacto das finanças climáticas, visando melhorias mensuráveis na adaptação e resiliência e reduções mensuráveis nas emissões de GEE. O Plano de Ação também considera vital a importância dos serviços de capital natural, biodiversidade e ecossistemas e aumentará o apoio a soluções baseadas na natureza, dada a sua importância tanto para a mitigação quanto para a adaptação. O BM tem um histórico de longa data de participação em parcerias-chave e fóruns de alto nível que visam melhorar os esforços globais para enfrentar as mudanças climáticas. O Plano de Ação se mostra uma representação de uma mudança dos esforços para projetos "verdes", para o verde de economias inteiras, e de focar em insumos, para focar nos impactos. Foca-se na (i) integração do clima e do desenvolvimento; ii identificar e priorizar ações nas maiores oportunidades de mitigação e adaptação; e (iii) usá-los para impulsionar nossas finanças climáticas e alavancar o capital privado de maneiras que entregam mais resultados. Isso significa ajudar os maiores emissores a achatar a curva de emissões e acelerar a tendência de queda e aumentar o financiamento em adaptação para ajudar países e clientes do setor privado a se prepararem e se adaptarem às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que buscam objetivos de desenvolvimento mais amplos através da abordagem do Banco.

Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35799>

Fundo Monetário Internacional – FMI

Publicação: *Not Yet on Track to Net Zero: The Urgent Need for Greater Ambition and Policy Action to Achieve Paris Temperature Goals*

Alcançar as metas de temperatura do Acordo de Paris requer a redução das emissões globais de CO₂ de 25 a 50% nesta década, seguida de uma rápida transição para as emissões líquidas zero. O mundo ainda não está no caminho certo, por isso é urgente reduzir as lacunas na ambição e na política de mitigação climática. As promessas atuais de mitigação para 2030 alcançariam apenas um a dois terços das reduções de emissões necessárias para limitar o aquecimento a 1,5 a 2oC. E medidas adicionais equivalentes a um preço global de carbono superior a US \$ 75 por tonelada até 2030 são necessárias.

A publicação do FMI apresenta extensas análises quantitativas para informar o diálogo sobre o fechamento da ambição de mitigação e lacunas políticas. Mostra caminhos puramente ilustrativos para alcançar as necessárias reduções globais de emissões, respeitando a equidade internacional. A Nota também apresenta análises em nível nacional sobre as emissões, os impactos fiscais, econômicos e distributivos da precificação do carbono e as trocas com outros instrumentos — estratégias abrangentes de mitigação serão fundamentais.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/staff-climate-notes/Issues/2021/10/29/Not-Yet-on-Track-to-Net-Zero-The-Urgent-Need-for-Greater-Ambition-and-Policy-Action-to-494808>

Iniciativa bilateral para combater a pandemia

No dia 25 de outubro de 2021, o FMI aprovou uma assistência financeira emergencial equivalente a cerca de US\$ 76,2 milhões sob o *Rapid Credit Facility* para atender ao equilíbrio urgente de pagamentos e necessidades fiscais do **Burundi**.

A assistência financeira apoiará a implementação do plano de resposta COVID-19 do Burundi, destinado a limitar a propagação da doença e amortecer seus impactos macroeconômicos e sociais.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/10/25/pr21309-imf-executive-board-approves-76-million-disbursement-to-burundi-to-address-pandemic>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O BID Lab, anuncia um compromisso de investimento de US\$ 4 milhões, juntamente com uma concessão adicional de cooperação técnica de US\$ 500 mil, para apoiar soluções inovadoras para enfrentar o crescente problema dos resíduos plásticos que acabam nos oceanos e hidrovias da América Latina e do Caribe (LAC).

Esse investimento em economia circular será combinado com um programa de desenvolvimento de capacidade especificamente para a região do Caribe, que melhoraria a construção de um potencial gasoduto de investimento no Caribe, através do apoio de atores do ecossistema de inovação regional. O investimento será gerenciado pela *Circulate Capital*, empresa de gestão de investimentos focada na prevenção do plástico oceânico e no avanço da economia circular, que também gerenciou o Fundo de Capital Circulante de US\$ 106 milhões destinado a prevenir o plástico oceânico no Sul e Sudeste da Ásia desde 2019 e tem sido apoiado por grandes corporações globais.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lab-partners-circulate-capital-combat-ocean-bound-plastics>

Iniciativas bilaterais para combater a pandemia

No dia 21 de outubro de 2021, o BID aprovou um empréstimo de US\$ 500 milhões para a **Bolívia** que busca apoiar os esforços do Governo para ajudar as populações mais vulneráveis afetadas pela pandemia COVID-19, através da entrega de transferências de dinheiro.

O projeto apoiará os esforços do Governo da Bolívia para auxiliar as populações mais vulneráveis a enfrentar os efeitos econômicos da pandemia. Para isso, financiará o pagamento de parte dos custos do *Bono Contra el Hambre*, um programa de transferência de dinheiro criado em resposta à pandemia. Consiste em uma transferência única feita para pessoas que não possuem renda estável, pois não recebem um salário do setor público ou privado ou uma pensão ou renda previdenciária de longo prazo. Por sua vez, o projeto financiará parte das transferências de dinheiro da *Renta Dignidad* (Renda Digna), programa no qual participam pessoas com mais de 60 anos que não recebem renda de aposentadoria.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-us500-million-support-vulnerable-populations-bolivia>

No dia 27 de outubro de 2021, o BID aprovou um empréstimo de US\$ 500 milhões para ajudar o **Peru** a fortalecer a sua sustentabilidade de gestão fiscal e assim promover a recuperação econômica na era pós-pandemia .

O empréstimo, o primeiro de duas operações consecutivas, apoiará a implementação de reformas destinadas a impulsionar a arrecadação de impostos, reforçando a qualidade do investimento público para incentivar a recuperação econômica e fiscal e melhorando a efetividade dos gastos públicos.

A operação apoiará medidas de fortalecimento de regras fiscais que promovam a transparência e um quadro fiscal sustentável. Em consonância com essa meta de disciplina fiscal, o projeto inclui a aprovação de regulamentos legais destinados a aumentar as receitas fiscais, proporcionar alívio fiscal temporário às empresas e aumentar a transparência do sistema tributário.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/peru-shore-fiscal-sustainability-500-million-idb-loan>

Covid-19 e Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual: Rumo à 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Claudia Chamas

Nos dias 13 e 14 de outubro de 2021, o Conselho de TRIPS se reuniu³¹, mais uma vez, para discutir a proposta apresentada em outubro do ano anterior pela Índia e pela África do Sul sobre a suspensão (*waiver*) dos direitos de propriedade intelectual no escopo da pandemia da Covid-19³². O plano tem sido visto por muitos países, organizações da sociedade civil e acadêmicos como uma esperança para aumentar a produção de vacinas e outros produtos no combate à crise sanitária. Como nos encontros anteriores, houve forte oposição de países da União Europeia, que não concordam com a aplicação do mecanismo de suspensão e ofereceu contraproposta relacionada a licença compulsória em junho de 2021³³.

O dispositivo de suspensão já foi aplicado algumas vezes em outras áreas comerciais e está previsto no Acordo que constituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC)³⁴. Por exemplo, em maio de 2003, a OMC concedeu uma isenção às restrições comerciais para proibir a exportação de diamantes em bruto para países que não participam do Esquema de Certificação do Processo de Kimberley³⁵. A suspensão das normas com relação a certas medidas comerciais invalida alegações de ilegalidade, de acordo com as regras da OMC³⁶.

No tocante à proposta da Índia e da África do Sul, é importante esclarecer que não se trata de anulação de direitos de propriedade intelectual, mas de suspensão temporária, promovendo segurança para a difusão irrestrita da produção local em circunstância de emergência global. Ao fim da pandemia, os direitos patentários e demais direitos seriam plenamente restaurados, sem prejuízo aos titulares. A mitigação das dificuldades ocorre por meio de coordenação, cooperação e boa vontade em nível elevado.

Se, por um lado, a proposta original não recebeu apoio da União Europeia, do Reino Unido e da Suíça, por outro, em 21 de outubro passado, a Casa Branca solicitou a todos os membros da Organização Mundial do Comércio apoio ao processo de suspensão dos direitos de propriedade intelectual para as vacinas COVID-19³⁷. Nas palavras da vice porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre:

³¹https://www.wto.org/library/events/meetings_lightbox_e.htm?Query%3D%40MeetingId%3D190959%26Language%3DEnglish%26bodyCode%3DTRIPSCOM%26meetingIndex%3D465%26meetingID%3D190959%2C'links'%2C720%2C750%2C1

³² "Waiver from Certain Provisions of the TRIPS Agreement for the Prevention, Containment and Treatment of COVID-19", IP/C/W/669.

³³ "Urgent trade policy responses to the COVID-19 crisis: intellectual property", IP/C/W/680.

³⁴ Paragraphs 1, 3 and 4 of Article IX of the Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization (the "WTO Agreement").

³⁵ https://www.wto.org/english/news_e/news03_e/goods_council_26fev03_e.htm

³⁶ Isabel Feichtner, The Waiver Power of the WTO: Opening the WTO for Political Debate on the Reconciliation of Competing Interests, *European Journal of International Law*, Volume 20, Issue 3, August 2009, Pages 615–645, <https://doi.org/10.1093/ejil/chp039>

³⁷ <https://www.reuters.com/world/us/white-house-wto-members-must-support-intellectual-property-waiver-covid-vaccines-2021-10-21/>

“Cada membro da OMC também necessita dar um passo à frente e apoiar a isenção de propriedade intelectual, e cada empresa deve agir de maneira ambiciosa e urgente para expandir agora a fabricação”.³⁸

A manifestação vai ao encontro da posição externada em maio de 2021 por Katherine Tai, representante de comércio dos EUA (USTR), sobre o apoio do governo Biden-Harris à proposta indo-sul-africana:

“Estamos atravessando uma crise global de saúde, e as circunstâncias extraordinárias da pandemia de Covid-19 exigem medidas igualmente extraordinárias. O Governo Biden defende fortemente os direitos de propriedade intelectual, mas, com o objetivo de por fim a essa pandemia, apoia a renúncia a essas proteções para vacinas para a Covid-19. Participaremos ativamente em negociações com base em textos na Organização Mundial do Comércio (OMC) para atingir esse objetivo. Essas negociações tomarão tempo, em vista da exigência de consenso na instituição e da complexidade dos temas em discussão.”^{39 40}

O pedido americano não respalda a proposta original na totalidade - restringe-se a vacinas, mas é uma movimentação de monta, não apenas pelo inusitado pronunciamento pró-flexibilidade, não apenas por oferecer potencial solução de compromisso, mas pelo próprio peso dos EUA, ainda o principal e incontornável protagonista em qualquer negociação na OMC. Muitos atores esperam que os Estados Unidos atuem como elemento moderador e propositivo no impasse ora instalado.

A pressão internacional por uma decisão pró-saúde global se intensifica. A organização Public Citizen conclamou o governo dos Estados Unidos a construir novos locais e reformar antigas instalações para expandir a produção de vacinas, envolvendo não apenas a deliberação em prol da suspensão, mas o compartilhamento de *know how*, necessário para viabilizar a manufatura em larga escala dos imunobiológicos⁴¹. A campanha de acesso dos Médicos sem Fronteiras igualmente concentra os esforços no processo da OMC e na transferência de tecnologia⁴².

O tempo para conquistar algum consenso é escasso. Uma reunião do Conselho de TRIPS está marcada para 5 de novembro próximo⁴³, antecedendo a 12ª Conferência Ministerial da OMC, que ocorrerá entre 30 de novembro e 3 de dezembro. Em pauta, a esperança de uma decisão convergente e de grande impacto para o planeta. Recentes declarações da Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio, a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, reconhecem que

³⁸ “We ... need every WTO member to step up as well and support an intellectual property waiver, and every company must act ambitiously and urgently to expand manufacturing now”

³⁹ “This is a global health crisis, and the extraordinary circumstances of the COVID-19 pandemic call for extraordinary measures. The Administration believes strongly in intellectual property protections, but in service of ending this pandemic, supports the waiver of those protections for COVID-19 vaccines. We will actively participate in text-based negotiations at the World Trade Organization (WTO) needed to make that happen. Those negotiations will take time given the consensus-based nature of the institution and the complexity of the issues involved.”

⁴⁰ <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2021/may/statement-ambassador-katherine-tai-covid-19-trips-waiver>

⁴¹ <https://www.citizen.org/article/letter-to-congress-no-progress-to-date-on-global-plan-to-end-pandemic-since-you-signed/>

⁴² <https://msfaccess.org/sharethetech>

⁴³ https://www.wto.org/library/events/meetings_lightbox_e.htm?Query%3D%40MeetingId%3D199143%26Language%3DEnglish%26bodyCode%3DTRIPSCOM%26meetingIndex%3D527%26meetingID%3D199143%27%2C%27links%27%2C720%2C750%2C1

as negociações estão travadas (*stuck*), mas indicam que ela acredita em solução pragmática (*find a pragmatic compromise on the IP waiver*) com vista à Conferência Ministerial⁴⁴. Enquanto Genebra tarda a decidir, faltam doses para boa parte dos países pobres, prevalecendo o nacionalismo de vacinas. Para a Conferência, estão em jogo as habilidades de liderança e a capacidade de resposta da Organização. A OMC conseguirá exercer papel decisivo em uma das maiores pandemias de todos os tempos? Nesse momento de crise global de abastecimento, em que se questionam as próprias premissas sobre as quais se fundou a Organização, espera-se que sim. Com contrário, a falta de compromisso poderá representar mais um passo – largo – rumo à irrelevância.

⁴⁴ <https://www.reuters.com/legal/government/wto-chief-says-informal-talks-vaccine-waiver-intensifying-2021-10-14/>

Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Luana Bermudez

Os preparativos para a 51ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da OEA continuam a todo vapor. A Assembleia terá lugar nos dias 10 a 12 de novembro, de forma virtual. Alguns temas que serão discutidos durante o encontro serão a promoção e proteção de direitos humanos; o fortalecimento da participação da sociedade civil nas atividades da OEA; o fomento de iniciativas regionais de desenvolvimento integral para a promoção da resiliência; a evolução da pandemia e seu impacto no hemisfério; o desenvolvimento sustentável na região pós-Covid-19; a promoção da resiliência frente a desastres; entre outros.

Como de costume, haverá também um diálogo entre os chefes de delegação, secretario geral da OEA e o secretario geral adjunto no dia 10 de novembro pela manhã, antes da abertura da Assembleia. Espera-se ainda que decisões sobre a Cúpula das Américas sejam tomadas durante a Assembleia.

<https://www.oas.org/en/51ga/>

A Unidade sobre Refugiados e Deslocamento Forçado do Departamento de Inclusão Social da OEA publicou, em conjunto com o Setor regional de Proteção da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), um documento sobre os impactos da Covid-19 em refugiados e migrantes do país. O documento foi elaborado considerando o Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes (RMRP 2021), que tem como algumas de suas prioridades a mitigação de impactos desproporcionais em grupos de maior risco, o intercâmbio de boas práticas e critérios de priorização.

O documento apresenta um diagnóstico de nove países da América Latina e Caribe (Argentina, Brasil, Colômbia, Curaçau, Equador, Guiana, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago), feito com o apoio de 15 organizações da Plataforma R4V, organizações comunitárias e da sociedade civil. O diagnóstico foca em três grupos populacionais específicos: indígenas, trabalhadoras do sexo e pessoas desalojadas; e apresenta recomendações às instâncias que podem influenciar na garantia dos direitos humanos, como os Estados, autoridades de imigração, polícia, forças armadas, juízes, organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações não governamentais, sociedade civil e setor privado.

<https://fb.watch/901BokSHHa/>

<https://www.r4v.info/es/documento/impactos-de-la-covid-19-en-personas-refugiadas-y-migrantes-de-venezuela>

O Departamento de Inclusão Social (DIS) da Secretaria de Acesso aos Direitos e Equidade (SARE) da OEA publicou também um compêndio sobre a "Atenção às pessoas com deficiência nas Américas no contexto da pandemia Covid-19". O documento apresenta um consolidado de boas práticas e iniciativas implementadas em 13 países da região (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana.) e tem como objetivo melhorar o atendimento às pessoas com deficiência durante a pandemia através da promoção da aprendizagem e da cooperação internacional.

O compêndio também pode servir como guia para a prevenção do contágio de Covid-19 e cuidados de saúde para pessoas com deficiência e seus familiares. Algumas das iniciativas governamentais apresentadas no documento são o desenvolvimento de aplicativos de celular

para relatar abusos; linhas diretas para emergências; planos de vacinação; programas de assistência social; e protocolos de atendimento durante a pandemia.

https://www.oas.org/es/sadye/inclusion-social/docs/ATENCION_PERSONASCONDISCAPACIDAD_AMERICAS.pdf

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A CIM lançou, em conjunto com o Comitê interamericano contra o terrorismo (CICTE), um documento intitulado “Violência digital baseada em gênero contra meninas e mulheres: um guia de conceitos básicos, ferramentas de segurança digital e estratégias de resposta”.

O documento foi publicado no dia 21 de outubro e se divide em dois sub-documentos, um manual prático de estratégias de segurança digital e estratégias de resposta e um guia de conceitos básicos. O relatório apresenta um panorama exaustivo de como se configura a violência digital de gênero em nível mundial e a importância do tema na agenda de gênero e de cibersegurança. Além disso, ressalta políticas públicas já existentes para enfrentar este tipo de violência nos países da região e traz uma série de recomendações para a prevenção e resposta.

Entre as conclusões do documento, destaca-se que a violência digital contra mulheres e meninas se tornou um dos principais riscos à liberdade de expressão, privacidade e segurança digital; a persistência de estereótipos de gênero e a normalização da violência digital de gênero afasta as mulheres do uso de tecnologias e limitam sua capacidade de usar a internet com liberdade e confiança.

<https://www.oas.org/es/sms/cicte/docs/Manual-La-violencia-de-genero-en-linea-contras-las-mujeres-y-ninas.pdf>

<https://www.oas.org/es/sms/cicte/docs/Manual-practico-de-seguridad-digital-La-violencia-de-genero-en-linea-contras-las-mujeres-y-ninas.pdf>

<https://www.oas.org/es/sms/cicte/docs/Guia-conceptos-basicos-La-violencia-de-genero-en-linea-contras-las-mujeres-y-ninas.pdf>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

A CIDH publicou uma nota, elaborada em conjunto com a sua Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA), sobre a preocupação com os obstáculos para o acesso universal e equitativo à vacinas, principalmente entre países de baixa e média renda e entre grupos de maior vulnerabilidade ou discriminação histórica.

A nota ressalta que as vacinas são um bem público global e que é necessário considerar equidade como um componente principal para a sua distribuição entre e dentro dos países. A CIDH e REDESCA reiteram a necessidade que se tomem medidas concretas para garantir que todas as pessoas tenham acesso às vacinas e instam aos Estados membros da OEA para que tenham planos nacionais que garantam o acesso equitativo e universal, considerando as recomendações da OMS; que garantam a disseminação ativa de informações corretas sobre vacinas, planos de vacinação e processos de vigilância; que implementem ações concretas para enfrentar a hesitação da população e fortalecer a confiança nas instituições públicas de saúde e na ciência; que erradiquem a corrupção na distribuição e aplicação das vacinas; e que garantam que a propriedade intelectual, as patentes e o sigilo comercial não continuem a ser uma barreira ao direito à saúde no contexto da pandemia.

<https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/282.asp>

América Latina e Caribe em saúde global e diplomacia da saúde

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Até o dia 1 de novembro de 2021, foram registrados 93,6 milhões de casos positivos e 2,29 milhões de óbitos nas Américas.

O número de casos de Covid-19 e mortes relacionadas está diminuindo nas Américas do Norte, Central e do Sul, com algumas exceções. Em Belize houve um acentuado aumento no número de mortes relacionadas à Covid-19. No Paraguai o número de casos dobrou na última semana.

No Caribe, o número de casos está diminuindo em muitas das ilhas maiores, incluindo Cuba, que há meses vem enfrentando um grande surto de Covid-19.

No entanto, o número de casos em algumas ilhas menores está atingindo níveis recordes. Por exemplo, Saint Kitts e Nevis, Barbados, Anguilla e São Vicente e Granadinas estão relatando seu maior número de novos casos de Covid-19 e mortes relacionadas desde o início da pandemia.

Tabela Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos em 18 de outubro de 2021

País		Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas Vacinadas Tratamento Completos	COVAX	População em Milhares
América do Norte	Canadá	1.712.128	28.952	28.185.778	---	38.067.913
	Estados Unidos	45.635.708	739.856	194.141.799	---	332.915.074
	México	3.805.765	288.276	55.942.853	5.603.340	130.262.074
Total América do Norte		51.153.601	1.057.084	278.270.430	5.603.340	501.245.061
América do Sul	Argentina	5.288.807	115.950	25.800.782	4.296.400	45.605.823
	Bolívia	513.584	18.925	3.831.087	3.452.270	11.832.936
	Brasil	21.804.094	607.694	112.395.043	13.881.600	213.993.441
	Chile	1.695.048	37.757	14.686.366	818.400	19.212.362
	Colômbia	5.000.677	127.258	20.720.822	10.852.980	51.265.841
	Equador	515.859	32.958	10.252.491	1.413.510	17.888.474
	Paraguai	461.006	16.246	2.361.819	1.221.540	7.219.641
	Peru	2.200.908	200.217	15.295.260	4.126.890	33.359.416
	Uruguai	393.718	6.077	2.618.716	148.800	3.485.152
Venezuela	406.239	4.884	6.190.629	3.288.000	28.704.947	
Total América do Sul		38.279.940	1.167.966	214.153.015	43.500.390	432.568.033
América Central	Belize	26.798	491	178.739	159.300	404.915
	Costa Rica	559.698	7.029	2.663.228	648.150	5.139.053
	El Salvador	113.422	3.622	3.789.448	3.606.050	6.518.500
	Guatemala	601.402	15.050	3.203.147	2.281.420	18.249.869

	Honduras	375.381	10.240	2.968.472	4.194.580	10.062.994
	Nicarágua	12.866	208	362.357	2.407.270	6.702.379
	Panamá	472.534	7.315	2.667.214	285.420	4.381.583
Total América Central		2.162.101	43.955	15.832.605	13.582.190	51.459.293
Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico	Cuba	952.001	8.236	7.140.556	---	11.351.786
	Haiti	23.823	662	35.592	500.000	11.543.315
	República Dominicana	381.667	4.130	5.311.756	463.200	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe ilhas e Territórios	699.657	13.173	4.945.162	1.729.770	11.584.655
Total Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico		2.057.148	26.201	17.433.066	2.692.970	45.433.470
TOTAL DA REGIÃO DAS AMERICAS		93.652.790	2.295.206	525.585.644	63.880.690	1.030.705.857

Fonte: <https://ais.paho.org/phip/viz/COVID19Table.asp>. Dados atualizados em 1 de Novembro de 2021 e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp. Atualizado em 29 de outubro.

Quase 44% da população da América Latina e do Caribe está totalmente vacinada contra COVID-19 no momento. Embora nossa Região tenha feito um bom trabalho para acelerar a cobertura de vacinação em apenas alguns meses, mais da metade da população da América Latina e do Caribe permanece desprotegida.

Na Guatemala, São Vicente e Granadinas, Jamaica, Nicarágua e Haiti, menos de 20% da população está totalmente vacinada.

DIPLOMACIA REGIONAL

Peru, Colômbia e Brasil trabalham juntos pela saúde sem fronteiras⁴⁵

Entre os dias 27 e 29 de outubro, as Secretarias Estaduais de Saúde da Tríplice Fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, em conjunto com o ORAS / CONHU e o Programa Sub-regional de Cooperação para a América do Sul da Organização Pan-Americana da Saúde, se reuniram na cidade de Iquitos para consolidar o trabalho que vêm realizando no âmbito dos acordos firmados pelos governos.

Autoridades dos Ministérios da Saúde do Peru, Colômbia e Brasil, da Organização Andina da Saúde - Acordo Hipólito Unanue e do Escritório Regional para a América do Sul da Organização Pan-Americana da Saúde estão trabalhando nos principais desafios e problemas inerentes a essas áreas de fronteira que têm dinâmica única, especialmente agora com a pandemia, na qual a união de forças salvará vidas e evitará a duplicação de esforços e recursos.

“A pandemia está nos ensinando que devemos mudar: valorizar o coletivo sobre o individual, construindo sociedades inclusivas que respeitem e protejam a todos”, foram as palavras da Dra. María del Carmen Calle, Secretária Executiva de ORAS-CONHU durante a abertura, que também manifestaram seu apoio à resposta conjunta neste caso, com os

⁴⁵ <http://orasconhu.org/portal/blog/799>

representantes da saúde do Brasil, Colômbia e Peru, as universidades e as respectivas autoridades políticas coordenando uma agenda comum que contemplará aspectos relacionados com a proteção das populações da tríplice fronteira, por meio de imunizações, vigilância genômica, cuidados de saúde, entre outros.

O evento foi aberto pelo Dr. Gustavo Rossell, Vice-Ministro de Saúde Pública do Peru; junto com o Dr. Carlos Calampa, Diretor Regional de Saúde de Loreto, Peru. Em representação do ORAS-CONHU, comparecem o Dr. Luis Beingolea e a Dra. Marianela Villalta; do Programa Sub-regional da OPAS / OMS para a América do Sul, Dr. Carlos Arósquipa; e do Brasil, Dra. Tatyana Amorín, Diretora da Fundação de Vigilância Sanitária do Estado do Amazonas; e da Colômbia, Dra. Paola Marcela Chaparro, Secretária de Saúde do Estado do Amazonas, Letícia.

Além disso, autoridades da Agência do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, do Instituto Leonidas & Maria Deane - ILMD / Fiocruz; da Universidade Nacional da Amazônia - Peru; e da Universidade Nacional da Colômbia - sede da Amazônia.

Dentre os acordos da Ata assinada, foi proposto:

- ✓ Fortalecer as ações de prevenção e controle da COVID-19 de forma conjunta, incluindo a vacinação da população da tríplice fronteira com ênfase nos povos indígenas amazônicos.
- ✓ Fortalecer a vigilância epidemiológica da COVID-19 e outras doenças prevalentes na tríplice fronteira. E nesta linha, propor que a Sala de Situação de Saúde de Tabatinga seja trinacional e faça convênios com os respectivos Escritórios de Cooperação e Relações Internacionais dos Ministérios da Saúde dos 3 países.
- ✓ Gerenciar, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores, a ampliação e o acesso gratuito à prestação de serviços de atendimento médico de urgência e emergência à população, com prioridade para os povos indígenas da região da tríplice fronteira, independentemente do país de origem.
- ✓ As autoridades regionais de saúde coordenarão com as universidades e a FIOCRUZ seus trabalhos de treinamento, pesquisa e projeção social relacionados à saúde intercultural, controle de vetores e vigilância participativa transfronteiriça.
- ✓ A Universidade Nacional da Amazônia Peruana, com o apoio de autoridades regionais, organizará encontro de instituições de ensino superior com o objetivo de definir linhas de cooperação interinstitucional da tríplice fronteira, na cidade de Iquitos, com data a ser definiram.
- ✓ Levar esses acordos aos Escritórios de Cooperação e Relações Internacionais dos Ministérios da Saúde da Colômbia, Peru e Brasil para apoiar sua implementação. Em conformidade com os acordos firmados nas reuniões binacionais e multinacionais realizadas anteriormente, solicita-se que esta iniciativa seja endossada pelos Ministros da Saúde em reunião ministerial de alto nível na tríplice fronteira.
- ✓ As autoridades regionais de saúde designarão pontos focais para acompanhar os acordos alcançados nesta reunião, no prazo máximo de 2 semanas.

Cooperação Transfronteiriça em Saúde no MERCOSUL

O Instituto Social do MERCOSUL e o Programa da União Européia para a Coesão Social na América Latina EUROSociAL + apresentam nesta sexta-feira, 29 de outubro, uma nova

publicação: "*Cooperação Transfronteiriça em Saúde no MERCOSUL - Desafios, experiências e proposta de protocolo*".⁴⁶

A mobilidade do paciente na fronteira pode apresentar elementos semelhantes e / ou diferenciados, atendendo às particularidades dos municípios, à integração dos municípios fronteiriços, bem como à gestão local e regional da saúde, que pode viabilizar estruturas locais de atenção à saúde e políticas públicas de saúde. numa perspectiva transfronteiriça.

Para compreender essas dinâmicas e estratégias de fluxos de pacientes no MERCOSUL, foram desenvolvidos estudos com o objetivo de reconhecer as práticas de gestão em saúde nos municípios fronteiriços da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir disso, descrever os principais gargalos no atendimento, que ainda ocorrem, para a mobilidade do paciente, bem como identificar e sistematizar boas práticas e experiências exitosas que promovam uma atenção à saúde com base na eficiência e que sejam relevantes para os países membros do MERCOSUL e que englobem as prioridades de saúde da população.

No quadro abaixo, se apresenta, resumidamente, os gargalos identificados na mobilidade de pacientes:

Resumo dos gargalos identificados para a mobilidade transfronteiriça em saúde no MERCOSUL, agrupados por áreas temáticas

Área Temática	Tipo de obstáculo na mobilidade do paciente
Cidadania e direito ao acesso à saúde	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecimento de cidadania para os nascidos do outro lado da fronteira ✓ Perda do direito à assistência social do próprio país se residir do outro lado da fronteira ✓ Reembolso de despesas de saúde ✓ Medicamentos não disponíveis em um lado da fronteira quando em tratamento no país vizinho
Deslocamento de pacientes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Excesso de burocracia para transferência de pacientes ✓ As transferências de pacientes são limitadas a casos de emergência e não incluem situações mais complexas
Profissionais da saúde	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Invalidez de receitas médicas emitidas por médico ou hospital de um lado da fronteira e não reconhecidas por farmácias ou médicos do outro lado ✓ Funcionamento parcial dos médicos que exercem sua atividade do outro lado da fronteira
Acessibilidade e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de equipamentos sanitários, principalmente de alta complexidade e qualidade ✓ Falta de infraestrutura rodoviária e serviços regulares de transporte público

⁴⁶ O Estudo pode ser acessado em: <http://www.ismercosur.org/es/cooperacion-salud/>

	✓Repatriação de cadáveres (pilhagem)
Troca de informações, vigilância e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓Descontinuidade na vigilância e controle de doenças transmissíveis ✓Falta um sistema de vigilância sanitária transfronteiriça compartilhado entre os países do MERCOSUL ✓Falta de dados estatísticos desagregados, atualizados e compartilhados entre as autoridades competentes ✓Falta de integração de tecnologia na prestação de serviços ✓Necessidade de uma abordagem conjunta e integrada dos cuidados de saúde no território transfronteiriço, compartilhando compras, financiamentos e contratações. ✓Comunicação e informação da população sobre os acordos e procedimentos
Apoio para cooperação local e regional	<ul style="list-style-type: none"> ✓Falta de apoio às administrações locais para a realização e manutenção de ações de cooperação transfronteiriça na área da saúde ✓Programas de cooperação transfronteiriça com temas especificamente voltados para a saúde transfronteiriça, promovidos pelo MERCOSUL ou outros organismos internacionais
Abordagem de gênero	✓Pouca atenção à abordagem de gênero na cooperação em saúde

Fonte: Instituto Social del MERCOSUR y EUROsocial+^[1]Cooperación Transfronteriza en Salud - Desafíos, experiencias y propuesta de protocolo. Octubre, 2021. 122 páginas.⁴⁷

Primeiro Fórum Ministerial Investindo em uma Região Resiliente na América Central

Em 29 de outubro, foi realizado o Primeiro Fórum Ministerial Investindo em uma Região Resiliente, coordenado pelo Centro de Coordenação para Prevenção de Desastres na América Central e República Dominicana (CEPREDENAC). A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) participou do evento.⁴⁸

A inauguração esteve a cargo do Presidente Pro Tempore do CEPREDENAC, Juan Alas; da Secretário Executivo do CEPREDENAC, Claudia Herrera e contou com o discurso do Diretor dos Escritórios das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres em Genebra, Ricardo Mena.

Durante o dia, foi realizada uma sessão de trabalho interministerial com ênfase na importância da Gestão Integral de Riscos e Desastres para alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico, social e ambiental e identificar oportunidades de sinergias entre as estratégias do setor. Alejandra Acuña Navarro, Secretária Executiva do COMISCA, participou como palestrante nesta discussão política para detectar as principais ações e investimentos para um desenvolvimento seguro e resiliente.

⁴⁷ Disponível: <http://www.ismercosur.org/es/cooperacion-salud/>

⁴⁸ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-del-primer-foro-ministerial-invirtiendo-en-una-region-resiliente_1_128638.html

A reunião terminou com um debate sobre cooperação internacional, sobre as necessidades de investimento transformador, detectando coincidências de objetivos, prioridades temáticas e programas de suas organizações para alcançar uma região resiliente.

XVI Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministros da Saúde

No dia 28 de outubro, os Ministros da Saúde dos países ibero-americanos se reuniram virtualmente para coordenar medidas que fortaleçam os sistemas de saúde e ações multilaterais que ajudem a superar a grave crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 na Ibero-América. A reunião foi organizada pela República Dominicana como Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana e Secretaria-geral Ibero-americana (SEGIB).

Os Ministros assinaram uma Declaração com 16 considerações e 25 pontos de acordo⁴⁹, na qual se comprometeram a fortalecer os sistemas de saúde e promover ações multilaterais para ajudar a superar a grave crise de saúde causada pela pandemia de COVID-19 na América Latina.

O encontro foi estruturado em torno a quatro eixos principais:

1. A resposta e recuperação da Ibero-América da pandemia;
2. A ação ibero-americana no campo da cooperação e da ação coletiva;
3. Ciência, inovação e empreendedorismo para a recuperação e
4. Melhoria dos sistemas de saúde.

Houve também uma instância em que foram compartilhadas ações para continuar enfrentando a crise global gerada pela covid-19 e os desafios que ela representa para os sistemas de saúde da região.

Durante a XVI Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde, seus participantes chegaram a um consenso sobre uma Declaração na qual se comprometeram a promover e apoiar a criação do Observatório Epidemiológico Ibero-americano. Sua missão será coordenar e fortalecer as redes e capacidades epidemiológicas existentes na região, em cumprimento ao mandato da XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em abril passado em Andorra.

Também se comprometeram a:

“Instar a comunidade internacional a garantir o acesso universal, oportuno, equitativo, justo, solidário e irrestrito a vacinas, suprimentos médicos, diagnósticos e medicamentos a preços acessíveis, e aos cuidados hospitalares, promovendo o direito universal à saúde”.

“Promover o acesso e a distribuição oportuna e equitativa de vacinas seguras e eficazes no âmbito dos esforços promovidos por acordos bilaterais ou pela aliança de colaboração global COVAX”.

“Combater o impacto diferenciado e desproporcional da crise de saúde nas mulheres, especialmente nas de comunidades indígenas e afrodescendentes”.

⁴⁹ <https://www.segib.org/?document=declaracion-de-la-xvi-conferencia-iberoamericana-de-ministras-y-ministros-de-salud>

“Promover a inovação e a colaboração público-privada para melhorar a capacidade de resposta à pandemia em termos de equipamentos, suprimentos médicos, infraestrutura e transferência de conhecimento e tecnologia”.

“Promover, com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), a inovação no campo da saúde no âmbito da implementação da Estratégia Ibero-americana de Inovação, bem como o desenho de um mecanismo de transferência rápida de tecnologia, conhecimento e tecnologia nas áreas de prevenção e controle de pandemias e epidemias, tendo em vista as questões relacionadas à propriedade industrial e intelectual, para a qual a cooperação ibero-americana conta com o Programa Ibero-americano de Promoção da Propriedade Industrial e do Desenvolvimento (Programa IBEPI)”.

“Solicitar à SEGIB que estude e proponha a implementação de mecanismos que promovam estratégias de inovação aberta no campo da saúde, visualizando as iniciativas realizadas na Ibero-América e informando os responsáveis pelos sistemas de saúde dos países ibero-americanos. casos proeminentes no quadro da pandemia”.

A XVI Conferência foi uma das reuniões preparatórias da XXVIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo que acontecerá na República Dominicana em novembro de 2022 e cujo lema será *“Juntos por uma Ibero-América justa e sustentável”*.

Primeiro Workshop Técnico Regional para Fabricação de Vacinas na América Latina e Caribe⁵⁰

Nos dias 28 e 29 de outubro de 2021, foi realizado virtualmente o primeiro Workshop Técnico Regional para Fabricação de Vacinas na América Latina e Caribe, no qual autoridades e especialistas destacaram a importância da cooperação entre países e instituições setoriais para promover a produção de vacinas na região. O encontro foi organizado pela Secretaria de Relações Exteriores do México, pela Coalizão para Inovações na Preparação para Pandemias (CEPI), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

O objetivo do workshop foi apresentar e analisar os dados disponíveis para um mapeamento geral dos pontos fortes e fracos da região no campo da fabricação de vacinas, como uma resposta à atual crise de saúde e possíveis futuras pandemias. Nesse sentido, este espaço se apresentou como uma oportunidade ímpar para fortalecer e reconstruir as redes de cooperação científica e técnica na região.

Durante o workshop, a Subsecretária de Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos, Martha Delgado Peralta, destacou a importância da vontade política da região na construção de planos regionais que nos permitam coletivizar uma resposta aos problemas de saúde do futuro.

Por outro lado, a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena insistiu que a busca regional por uma solução é a mais conveniente, dadas suas complexidades e heterogeneidade. Nesse sentido, destacou a continuação do Plano de Autossuficiência em Saúde para a América Latina e o Caribe aprovado na Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC).

Em sua participação, Richard Hatchett, CEO da CEPI, destacou o esforço do workshop como uma oportunidade para estreitar os laços que nos permitem avançar técnica e politicamente no aprimoramento de uma resposta global a este tipo de crise.

⁵⁰ <https://www.cepal.org/es/noticias/autoridades-expertos-recalcan-importancia-la-cooperacion-paises-instituciones-sectoriales>

O workshop teve participantes de toda a região da América Latina pertencentes a uma ampla variedade de setores e indústrias, o que permitiu uma rica discussão de diferentes perspectivas sobre a fabricação de vacinas.

Como conclusões, determinou-se a importância da continuação dessas oficinas, pelo que haverá uma segunda a ser realizada em fevereiro de 2022. Da mesma forma, foi compartilhada a perspectiva de que este tipo de esforço garante uma melhor coordenação regional no futuro, proporcionando uma plataforma para a academia, as organizações internacionais, os setores público e privado, para pensarem juntos as melhores estratégias para enfrentar o futuro com melhores ferramentas.

18ª Reunião do Conselho de Planejamento Regional⁵¹ da CEPAL

Entre os dias 19 e 21 de outubro, ministros, vice-ministros e chefes de planejamento de 26 países da região, nove delas do Caribe, se reuniram na 18ª Reunião do Conselho de Planejamento Regional do Instituto Latino-Americano e Planejamento Econômico e Social do Caribe (ILPES) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Autoridades dos países da América Latina e do Caribe destacaram a necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de planejamento com renovadas capacidades para planejar a recuperação pós-pandêmica com uma perspectiva de longo prazo, no encerramento da

Na reunião, as autoridades reconheceram a importância da coerência das políticas públicas para fortalecer os processos e instrumentos de planificação para o desenvolvimento e gestão pública para a implementação da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe.

Também valorizaram a contribuição do documento de posição *Instituições resilientes para uma recuperação pós-pandêmica transformadora na América Latina e no Caribe: contribuições para discussão*⁵², apresentado por Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL, durante a sessão de abertura.

A reunião foi encerrada por Enelda Medrano, Vice-Ministra da Economia do Panamá, país que ocupa a Presidência do Conselho Regional de Planejamento do ILPES, e Cielo Morales, Diretora do ILPES da CEPAL. Durante seu discurso, Enelda Medrano destacou que a pandemia da Covid-19 destacou o papel do Estado como articulador de consensos e gerador de espaços de participação cidadã. Também destacou o papel central do planejamento para fortalecer a capacidade de resposta dos países latino-americanos e caribenhos a crises futuras.

A Diretora do ILPES, Cielo Morales, por sua vez, ressaltou a urgência de transformar o marco institucional do Estado. “Se o estilo de desenvolvimento deve mudar para ser sustentável, participativo, inclusivo, colocando a igualdade no centro; se as políticas públicas devem mudar para que sejam abrangentes, multiescala, intersetoriais e contemplem os pilares econômico, social e ambiental; Se a forma de fazer políticas públicas deve mudar, para que sejam formuladas com ampla participação cidadã, com transparência, com inclusão, transversalizando abordagens de gênero, perspectiva territorial e gestão de risco, então as instituições a partir das quais são concebidas, formulam, implementam, monitorar e avaliar planos e políticas também tem que mudar”, destacou.

⁵¹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-subrayan-la-necesidad-robustecer-sistemas-nacionales-planificacion-renovadas>

⁵² <https://crp-ilpes.cepal.org/18/es/documentos/instituciones-resilientes-recuperacion-transformadora-pospandemia-america-latina-caribe>

Ao final da reunião, os países solicitaram ao ILPES que mantivesse a pesquisa aplicada, a cooperação técnica, a assessoria e a capacitação para promover a participação de múltiplos atores, a integração pluritemporal, intersetorial e multinível da Agenda 2030 no planejamento do desenvolvimento.

Também solicitaram ao Instituto que continue trabalhando para fortalecer as capacidades de planejamento na América Latina e no Caribe, fortalecendo os sistemas nacionais de planejamento, aprofundando e sistematizando as experiências regionais e extrarregionais e as capacidades necessárias para a construção de instituições mais resilientes às crises e incertezas.

Começa o trabalho de diagnóstico e governança do projeto PROSUR para a produção local de vacinas⁵³

A princípios de outubro, o Subgrupo de Imunização do Grupo de Saúde PROSUR realizou o primeiro workshop do **Projeto de Ampliação da Capacidade de Imunização** com a participação de funcionários do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a OPAS.

As palavras de boas-vindas foram proferidas por Leonardo Arregocés, Diretor de Medicamentos do Ministério da Saúde da Colômbia, que explicou os objetivos do encontro:

- ✓ Socializar os produtos que serão obtidos do projeto até dezembro de 2021 e apresente as equipes de trabalho.
- ✓ Discutir os principais conceitos relacionados ao estudo diagnóstico e ao mecanismo de governança do projeto.
- ✓ Definir uma atividade de intercâmbio de informações sobre iniciativas nacionais e regionais de produção de vacinas.

A equipe de trabalho dessa iniciativa será composta pelos pontos focais de cada país do PROSUR e funcionários do BID, entidade administradora e executora. O projeto também contará com um grupo de consultores especializados em produção de vacinas: Kristopher Howard, Conselheiro Sênior do Projeto; Stefano Malvolti, que trabalhará no estudo diagnóstico; e Shanelle Hall, que será responsável pelo estudo da estrutura de governança.

Adicionalmente, foram descritos os produtos a serem desenvolvidos ao longo de 2021, o cronograma de trabalho e a forma como os países participarão.

O encontro definiu a realização de um workshop para intercâmbio de informações sobre iniciativas nacionais e regionais de produção de vacinas. O objetivo é que cada país apresente suas iniciativas, tanto para a Covid-19 quanto para outros biológicos que fazem parte de seus planos de imunização.

O Projeto de Ampliação da Capacidade de Imunização é financiado pela Agência de Cooperação Presidencial da Colômbia (APC Colômbia), será executado e administrado pelo BID e contará com o apoio técnico da OPAS.

⁵³ <https://foroportun.org/inician-los-trabajos-de-diagnostico-y-gobernanza-del-proyecto-de-prosur-sobre-produccion-local-de-vacunas/>

PROSUL: “Desafios e oportunidades da indústria militar no contexto da biossegurança”⁵⁴

No dia 14 de outubro, foi realizado o fórum acadêmico “desafios e oportunidades da indústria militar no contexto da biossegurança”, convocado pelo PROSUR por meio do Ministério da Defesa da Colômbia, em um espaço onde palestrantes especialistas de vários países da região, como o Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai discutiram e compartilharam experiências relacionadas ao tema.

A conversa foi dividida em 3 seções: análise das ameaças biológicas e seu uso como arma de destruição em massa; desenvolvimento de bens e serviços das indústrias militares em apoio às necessidades dos Estados para responder à pandemia da Covid-19 e aos desafios e oportunidades para as indústrias militares no âmbito da gestão da Covid-19.

Especialistas em segurança e defesa apresentaram os desafios, ações multidisciplinares para enfrentar a crise da Covid-19 e seu impacto na indústria militar. Concluíram que o principal desafio da indústria militar é manter as capacidades desenvolvidas, os conhecimentos gerados e as cadeias produtivas implantadas para o enfrentamento das condições de saúde, é claro que as novas iniciativas e configurações das indústrias militares poderiam ser mantidas, porém, é necessário co-desenvolvimento e cooperação regional para o avanço da indústria de biossegurança.

⁵⁴ <https://foroprosur.org/bajo-el-liderazgo-del-ministerio-de-defensa-de-colombia-prosur-llevo-a-cabo-el-foro-academico-retos-y-oportunidades-de-la-industria-militar-en-el-contexto-de-la-bioseguridad/>

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

União Africana: 2ª reunião ministerial com a União Europeia

Os Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros da União Africana (UA) e da União Europeia (UE) reunidos em Kigali, Ruanda, em 26 de outubro de 2021, fizeram o balanço dos progressos relativos às áreas prioritárias adoptadas durante a última Cimeira UA - UE realizada em 2017, em Abidjan. Esta reunião focalizou-se na parceria estratégica UE-África num ambiente geopolítico em constante evolução. Representando mais de 40% dos membros da ONU, a África e a Europa têm uma responsabilidade partilhada para moldar a agenda global para melhor. E concluíram essa 2ª reunião com acordos sobre quatro áreas-chave de cooperação:

Resposta conjunta à Covid-19: Aumentar o acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias

No meio dos contínuos desafios da pandemia, os ministros africanos e europeus concordaram em reforçar a cooperação na sua resposta à pandemia. Salientaram a importância de investir mais nos sistemas de saúde e proteção social em África e de aumentar a produção e o acesso equitativo a vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde. Reconhecendo o apoio da UE às instalações da COVAX, ao lançamento da vacinação em África e à partilha de vacinas, a UA e a UE anunciaram igualmente uma cooperação reforçada em matéria de diagnóstico e tratamentos e reforço do fabrico local de vacinas e medicamentos em África, incluindo através de investimento no desenvolvimento de centros de fabrico local. Encorajaram o desenvolvimento de certificados de vacinas COVID-19 que poderiam permitir o seu reconhecimento recíproco como um meio de retomar as trocas internacionais. Os ministros discutiram também o impacto económico da pandemia. Encorajaram programas de estímulo económico e a mobilização de investimentos privados e públicos em sectores com elevado efeito multiplicador para a recuperação económica e a criação de emprego. Apoiaram a rápida implementação do Quadro do G20 sobre o Tratamento da Dívida como um meio de abordar questões de liquidez e crescimento a longo prazo em África.

Investindo juntos na nossa recuperação: Transformação verde e digital

Os ministros concordaram em facilitar os investimentos em sectores-chave da conectividade, tais como os transportes, a energia e a digitalização, uma vez que a melhoria das condições para investimentos públicos e privados e oportunidades de emprego em África é fundamental. Os Ministros sublinharam o potencial oferecido pela transição justa para uma economia verde, circular e neutra para o clima, e a importância de uma transformação digital segura, sustentável e inclusiva. Sublinharam também a necessidade de reforçar a cooperação na governação dos oceanos, incluindo o desenvolvimento sustentável dos sectores da economia "azul". Apoiaram o desenvolvimento de uma abordagem estratégica e coordenada em matéria de parceria energética. Os Ministros concordaram em cooperar para resultados ambiciosos da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) e da já realizada Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (CBD COP15). Reafirmaram também a necessidade contínua de aumentar o apoio à ação de adaptação e de reforçar a resistência climática, particularmente nos países mais vulneráveis. Isto inclui o reforço da preparação para responder a todas as crises naturais e induzidas pelo homem. Além disso, os Ministros reconheceram o papel fundamental da educação e do desenvolvimento de competências para assegurar a criação de empregos decentes, bem como da pesquisa, tecnologia e inovação para

impulsionar uma recuperação socioeconómica sustentável e fomentar sociedades mais resilientes em ambos os continentes. Destacaram o papel dos jovens como principais atores da mudança e sublinharam a importância da sua participação ativa e inclusão na vida política, social e económica.

Trabalhar em conjunto pela paz, segurança e governação

Reafirmando o seu empenho na cooperação contínua nas áreas da paz, segurança e governação e concordando em continuar a apoiar e a dar poder às soluções africanas, os Ministros comprometeram-se a defender os direitos humanos, a melhorar a democracia e a reforçar o Estado de direito e a boa governação. Através de um diálogo construtivo, a África e a Europa responderão em conjunto à natureza mutável das ameaças comuns, incluindo o terrorismo e o extremismo violento; o tráfico de seres humanos, animais selvagens e drogas; a pirataria e todas as formas de crime organizado transnacional e o cibercrime.

A UA e a UE irão alinhar ainda mais as abordagens estratégicas no Sahel, no Corno de África, na Bacia do Lago Chade e no Golfo da Guiné. Os Ministros reafirmaram a importância das Arquiteturas de Governação Africana (AGA) e de Paz e Segurança (APSA) como quadros de cooperação nesta área e concordaram em trabalhar estreitamente em fóruns multilaterais para promover valores partilhados e interesses comuns.

Ambas as partes recordaram a necessidade de reforçar a cooperação UA-UE nos desafios de paz e segurança a todos os níveis e durante todas as fases do ciclo de conflito e abordar as novas ameaças e as suas causas profundas. Os Ministros reiteraram também que o respeito pelo Direito Humanitário Internacional é primordial, bem como a proteção das crianças e a promoção da agenda da mulher, da paz e da segurança.

Trabalhar em conjunto na migração e mobilidade

Os Ministros concordaram em aprofundar a cooperação sobre migração e mobilidade através dos quadros de migração e plataformas de diálogo existentes, e o desenvolvimento futuro do Diálogo sobre Migração e Mobilidade Continente-Continente (C2CMMD). Os Ministros reiteraram ainda o seu empenho numa abordagem equilibrada, coerente e abrangente, orientada pelos princípios da solidariedade, parceria e responsabilidade partilhada, no pleno respeito pelo direito internacional, incluindo o direito internacional dos direitos humanos.

Sublinharam a importância de assegurar uma abordagem harmonizada nos diferentes processos de diálogo. Os Ministros reafirmaram o compromisso de apoiar a operacionalização do Grupo de Trabalho Tripartido UA-UE-ONU para a Migração e o desenvolvimento em curso do Quadro Conjunto para cultivar uma forte parceria e cooperação, prestando especial atenção às políticas e quadros de migração e mobilidade e ao seu desenvolvimento em ambos os continentes.

Os Ministros adoptaram um comunicado conjunto UA-UE e acordaram num Comité de Acompanhamento Ministerial conjunto UA-UE para acompanhar a implementação de todos os compromissos das Cúpulas UA-UE e das Reuniões Ministeriais.

Os Ministros tomaram nota da decisão do Conselho Executivo da UA sobre a convocação da 6ª Cúpula UE-UA no primeiro trimestre de 2022 e tomaram ainda nota da proposta da UE de convocar a Cúpula em Bruxelas de 17 a 18 de fevereiro de 2022.

<https://au.int/en/pressreleases/20211028/joint-press-statement-second-au-eu-ministerial-meeting>

Terceiro Fórum Económico e Empresarial Turquia-África para apoiar a Agenda 2063 para o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo

Sob o lema "*Aprofundamento da Parceria Turquia-África: Comércio, Investimento, Tecnologia e Logística*", a terceira edição do Fórum Económico e Empresarial Turquia-África teve início a 22 de Outubro de 2021 em Istambul. O Fórum foi convocado sob os auspícios da Comissão da União Africana (CUA) e do Governo da República da Turquia, através do Ministério do Comércio. O Fórum foi precedido de reuniões a nível ministerial e empresarial. Contou com exposições de empresas africanas e turcas, bem como com a criação de redes entre empresas.

O Fórum contou com a participação de 45 países africanos, bem como de representantes do sector privado, tanto da Turquia como de África.

Durante o Fórum, as discussões abrangeram as seguintes 5 áreas:

- agricultura e agroindústrias;
- no pós-Covid-19, parcerias de saúde sustentável;
- diálogo de Liderança entre Mulheres (*Turkey-Africa Women Leadership Dialogue*);
- abordagem da Turquia e de África à inovação e ao aumento do investimento;
- financiamento do investimento e do comércio em África e relações bancárias com a Turquia;

A este respeito, e com vista a reforçar a parceria duradoura entre a Turquia e a África para o desenvolvimento e a integração económica:

- o Fórum tomou nota do empenho demonstrado pela Comissão da União Africana e pelo Ministério do Comércio da República da Turquia em cooperação com o Conselho das Relações Económicas Externas da Turquia (DEIK) em organizar o Fórum;
- o Fórum manifestou o seu apoio à Agenda 2063 da União Africana e à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2030, centrada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável dos países africanos;
- o Fórum reconheceu o importante papel da União Africana na promoção da integração económica de África;
- o Fórum apreciou os esforços e a contribuição da amizade, aprofundar a colaboração estratégica mútua e reforçar o mecanismo de cooperação prática entre a Turquia e a África;
- tendo em consideração o notável desempenho demonstrado com o seu crescimento constante ao longo da última década e sendo uma grande potência económica na sua região, a Turquia expressou a sua disponibilidade para partilhar a sua experiência de desenvolvimento em diferentes campos, a fim de alargar e reforçar a cooperação com os Estados- Membros da União Africana.
- o Fórum reiterou a sua posição de dar prioridade à cooperação em matéria de infraestruturas, no âmbito da Parceria Turquia-África e reforçar a cooperação em matéria de saúde, energia e outras áreas de desenvolvimento de infraestruturas no quadro da

Agenda 2063 e dos seus projetos emblemáticos. A este respeito, o Fórum sublinhou a importância do apoio do sector privado a projetos de infraestruturas nos seus países.

- o Fórum encorajou o sector privado a investir em tecnologia, turismo, agricultura, produção de eletricidade, instalações e serviços de transmissão e entrega, de aviação, da marinha, educação, saúde e emissões de zero carbono como áreas prioritárias.
- o Fórum sublinhou a importância de reforçar a cooperação entre a Turquia e a África para reforçar as capacidades locais de agro-processamento e de fabrico através do estabelecimento de polos regionais de agro-processamento e fabrico como um meio de aumentar o comércio interafricano e aumentar a quota da África no comércio global.
- o Fórum reconheceu o importante papel da União Africana na promoção da integração económica de África, especialmente a recente operacionalização do recente acordo sobre Zona de Comércio Livre Continental Africana (*AfCFTA*). Notou ainda que a *AfCFTA* abrirá o caminho para mais oportunidades de relações económicas e comerciais entre a Turquia e África e oferece oportunidades para atrair investimentos de pequena, média e grande escalas que podem ser explorados para benefício mútuo por ambas as partes.
- o Fórum sublinhou o importante papel das mulheres e da juventude no desenvolvimento sustentável dos seus países e expressou o seu empenho em assegurar que as mulheres e a juventude tenham um ambiente propício que lhes permita participar ativamente nas esferas do desenvolvimento comercial e sustentável, tanto em África como na Turquia.
- o Fórum sublinhou o papel da comunicação pública regular e do envolvimento para aumentar a sensibilização sobre os benefícios da parceria.
- o Fórum sublinhou também a necessidade de um maior fornecimento de vacinas contra a Covid-19 aos países africanos.

O Fórum expressou a sua satisfação pelas realizações de resultados mutuamente benéficos e concordou em realizar o próximo Fórum Económico e Empresarial África-Turquia em 2023 para consolidar a parceria.

<https://au.int/en/pressreleases/20211024/third-turkey-africa-economic-and-business-forum-support-agenda-2063>

<http://turkeyafricaforum.org/assets/files/TABEF-III-2021-Joint-Communique.pdf>

CDC África

Até à data, as variantes altamente contagiosas do coronavírus continuam a propagar-se por todo o continente. Até 28 de outubro, um total de 8,4 milhões de pessoas tinham sido infectadas com o vírus em África. Desse total, mais de 218.000 pessoas tinham perdido a vida, representando 4,4% dos casos notificados globalmente. O continente ainda está a atravessar uma grave terceira vaga. 82% dos nossos Estados-Membros estão atualmente a atravessar a terceira vaga. Sete (7) países, ou seja, Argélia, Benin, Egito, Quênia, Maurícias, Somália e Tunísia, estão atualmente a passar pela quarta vaga.

O CDC África é, contudo, encorajado pela recente tendência decrescente do número de casos notificados em todo o continente. Entre o período de 18 e 24 de outubro, foi notificado um total de 31.000 novos casos em todo o continente, o que representa uma diminuição de 26% no número de novos casos em comparação com a semana anterior. Em termos de mortes e no

mesmo período semana, foram notificadas 1322 mortes em toda a região, em comparação com a semana anterior, em que foram notificadas 1515 mortes. Durante as quatro semanas entre 27 de setembro e 24 de outubro, observou-se um decréscimo médio de 20% em novos casos e, exceto na África Central, onde teve um aumento médio de 7%, verificando-se um decréscimo consistente noutras regiões, incluindo decréscimos de 25% na África Austral, de 22% na África Oriental, 20% na África Ocidental e 15% no Norte de África.

Desde 28 de Outubro de 2021, um total de 275 milhões de doses de vacina COVID-19 foram adquiridas no continente. Desse número, 188,5 milhões foram administradas, o que corresponde a 70% do total disponível. Um total de 5,58% da população foi totalmente vacinada e os progressos continuam poucos.

<https://au.int/en/pressreleases/20211029/africa-needs-vaccinate-70-its-population-end-2022-have-chance-controlling>

Na sua conversa semanal com imprensa, o Diretor apresentou o ponto de situação sobre a Covid-19 no continente, incluindo esforços de resposta e actualizações sobre a situação de vacinação e reforço das capacidades dos Estados-Membros. Também apresentou o quadro de Medidas Sociais e de Saúde Pública escalonadas relativas à Covid-19 em África (PHSM - *Tiered Public Health and Social Measures*). Trata-se de um documento que descreve o painel das PHSM ao nível do continente e explica de que maneira esse quadro pode ser adaptado a um sistema escalonado de PHSM relativas à COVID-19 no plano nacional.

Também fez anúncio sobre a primeira conferência de saúde pública em África, organizada em colaboração com a *Global Health Strategies* (GHS) e que decorrerá no período de 14 a 16 de dezembro próximo. Esta conferência, segundo o CDC África, surge num momento crítico em que a pandemia expôs as profundas desigualdades na arquitetura global da saúde e continua a pressionar significativamente os sistemas de saúde em todo o mundo. Enquanto o CDC África apela a uma Nova Ordem de Saúde Pública para África, vai-se mobilizar a liderança de topo do continente e trabalhar com outros parceiros para conduzir as discussões sobre inovações científicas e intervenções-chave de saúde pública para os cidadãos do continente. Os interessados podem registrar-se aqui www.cphia2021.com.

No mesmo evento com os jornalistas, também foi anunciada a próxima conferência sobre *One Health*. De acordo com o CDC África, a abordagem de *Uma Saúde* é fundamental para enfrentar ameaças de saúde partilhadas na interface homem-animal-ambiente tais como doenças zoonóticas, resistência antimicrobiana, segurança alimentar e outras. O evento virtual de 3 dias será de 1º a 3 de novembro de 2021. Os objetivos da conferência são:

- partilhar as melhores práticas e experiências dos Estados-Membros e parceiros;
- mostrar a investigação de saúde continental One Health centrada na vigilância de doenças zoonóticas e investigações de surtos, resistência antimicrobiana, segurança alimentar, saúde ambiental, e investigação operacional através de apresentações científicas;
- destacar instrumentos operacionais e documentos de orientação desenvolvidos por órgãos da União Africana e parceiros técnicos como a OMS, OIE e FAO;
- apresentar oportunidades de colaboração ou apoio à implementação da One Health;
- reforçar a advocacia e a capacidade de uma só saúde através dos Estados Membros da UA e das redes regionais.

Os oradores serão representantes dos Estados-Membros da União Africana, os blocos econômicos regionais (REC – *Regional Economic Communities*), agências técnicas da União Africana, os Centros Colaboradores Regionais do CDC África, instituições de pesquisa e parceiros técnicos. Para os interessados em participar, visitar o site: <https://sbs.co.za/africacdc2021/>.

<https://africacdc.org/speech/talking-points-weekly-press-briefing-on-covid-19-in-africa-21-october-2021/>

OMS AFRO

Apenas cinco países africanos, menos de 10% das 54 nações africanas, deverão atingir a meta de final de ano de vacinar totalmente 40% da sua população, a não ser que os esforços para acelerar o ritmo decoleem. Isto vem à medida que a Região luta para satisfazer a crescente procura de produtos essenciais de vacinação, tais como seringas. Três países africanos, **Seicheles, Maurícias e Marrocos**, já cumpriram o objetivo que foi estabelecido em maio pela Assembleia Mundial da Saúde. Ao ritmo atual, apenas mais dois países, **Tunísia e Cabo Verde**, irão também atingir o objetivo.

Além disso, o acesso limitado a produtos cruciais, tais como seringas, pode atrasar a vacinação. O UNICEF relatou um déficit iminente de até 2,2 bilhões de seringas descartáveis para a vacinação contra a Covid-19 e imunização de rotina em 2022. Isto inclui seringas descartáveis para a vacina da Pfizer-BioNTech. Não há reservas globais de seringas especializadas utilizadas para outros tipos de vacinas de Covid-19 e vacinação de rotina. O mercado para seringas descartáveis é apertado e extremamente competitivo. Como tal, estas estão em escassez e assim permanecerão pelo menos durante o primeiro trimestre do próximo ano. Alguns países africanos, tais como o Quênia, Ruanda e África do Sul, já sofreram atrasos na recepção de seringas.

A COVAX está a trabalhar para enfrentar esta ameaça, assegurando acordos com fabricantes de seringas, e através de um melhor planeamento para evitar que as entregas ultrapassem o fornecimento de seringas. Em outubro, cerca de 50 milhões de doses de vacinas chegaram a África, o que é quase o dobro do que foi enviado em setembro. A COVAX entregou quase 90% das vacinas previstas para esse mês e acelerou os seus envios. No entanto, ao ritmo atual, a África ainda enfrenta um déficit de 275 milhões de vacinas contra o objetivo de vacinação total de 40% da sua população no final do ano.

A África vacinou completamente 77 milhões de pessoas, apenas 6% da sua população. Em comparação, mais de 70% dos países de elevado rendimento já vacinaram mais de 40% da sua população.

Os países ainda precisam de melhorar a sua preparação para a aplicação da vacina. Quarenta e dois por cento dos países da Região Africana ainda não completaram os planos distritais para as suas campanhas, enquanto quase 40% ainda não efetuaram revisões intra-ações que são fundamentais para refinar e melhorar as suas campanhas de vacinação.

A OMS está a realizar missões de apoio de emergência a cinco países africanos para ajudar a apoiar, acelerar e melhorar as suas campanhas de vacinação, com planos para missões a outros 10 países este ano. Os peritos da OMS estão a trabalhar com as autoridades locais e parceiros no terreno para analisar as razões de quaisquer atrasos e a melhor forma de os resolver. No Sul do Sudão, as autoridades pretendem assegurar que a missão da OMS ajudará o

país a atingir o seu objetivo de alcançar um aumento de dez vezes na taxa diária de vacinação de 2000 para 25000.

<https://www.afro.who.int/news/less-10-african-countries-hit-key-covid-19-vaccination-goal>

26ª edição da conferência das alterações climáticas da ONU (COP26), a decorrer em Glasgow (Escócia, Reino Unido)

Como anunciado no Informe 9-21, o continente africano preparou-se em duas etapas com vista à sua participação na COP26. A primeira etapa foi a realização da 3ª edição *The African Climate Talks* [ACT!], organizada conjuntamente pela Comissão Económica da ONU para África e a Universidade de Cabo Verde. 120 participantes, representando as principais vozes e atores sobre o clima em África participaram no evento em ambiente virtual.

The African Climate Talks (ACT!) fazem parte de uma série de webinars do Centro Africano de Política Climática (ACPC) da **UNECA**, que aborda o tema "*Alterações Climáticas e Desenvolvimento em África*": *perspectivas africanas sobre a recuperação resiliente do clima da COVID-19*". Esta edição foi realizada virtualmente.

Inaugurado em 2015, *The African Climate Talks* serve como um fórum de diálogo sobre alterações climáticas e desenvolvimento inclusivo. Esta reunião sobre o clima serve como um espaço de diálogo para os intervenientes continentais se envolverem em discursos abertos destinados a catalisar as perspectivas africanas emergentes sobre as preocupações mais prementes em torno das alterações climáticas e do desenvolvimento.

O objetivo desta terceira edição foi explorar a convergência da Covid-19 e as crises climáticas e o que isto significa para as comunidades vulneráveis e para a governação e ação climática global durante e após pandemia.

A segunda etapa foi a 9.ª edição da Conferência para o Clima e Desenvolvimento em África, que decorreu de 15 a 17 de setembro, na cidade de Santa Maria na ilha do Sal, em Cabo Verde, de olhos postos na COP 26, tendo nela participado mais de mil participantes em formato híbrido, virtual e presencial e teve como tema: "*Uma Transição Justa para uma Recuperação Verde e Azul Resiliente*".

E o Primeiro-ministro cabo verdiano, Ulisses Correia e Silva, avisou que a 26.ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP26), só será um sucesso se a África estiver no centro das Negociações. Segundo as suas palavras, "*Esta conferência constitui, para os países africanos, um importante passo em frente na preparação da COP26. Constituir uma voz forte, clara e unificada em Glasgow, pois a COP26 só será um sucesso se a África estiver no centro das negociações.*"

À margem da COP26, a União Africana vai realizar no dia 4 de novembro uma conferência virtual com o objetivo de proporcionar uma discussão pública sobre a posição comum da África sobre a transição energética em relação a oportunidades e desafios para que a Transição Energética em África atinja emissões de zero carbono (*opportunities and challenges for Africa's Energy Transition to reach net-zero emission*).

<https://au.int/en/newsevents/20211104/cop26-african-union-climate-side-event-theme-designing-african-energy-transition>

Nova onda e falsos certificados na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Covid-19 volta a assustar o continente europeu com novo aumento de casos e hospitalizações, enquanto a vacinação não avança e se proliferam falsos certificados de vacinação⁵⁵. Apesar de Alemanha e Reino Unido também registrarem aumento de número de casos, o maior drama está em países do Leste Europeu, como Romênia, Bulgária, Bosnia Herzegovina, Montenegro, Armênia etc. Estes, além do crescimento da transmissão e número de novos infectados, são aqueles com as menores taxas de vacinação do continente.

A falsificação dos certificados se deu pela descoberta de chaves secretas criptográficas que acessam os códigos QR do passaporte europeu de saúde, que trazem a identidade do titular e informações sobre seu estado de vacinação ou imunidade. Para a Comissão Europeia, não houve vazamento de senhas criptografadas dos cidadãos, estando descartada a possibilidade de falha técnica. Para resolver o problema, os países membros da [eHealth](#) – rede europeia de saúde pública – concordaram em bloquear os certificados falsos e trabalhar para melhorar os sistemas de validação e revogação. Alguns países estão investigando a origem de passaportes fraudulentos: dois passaportes do Mickey Mouse, por exemplo, foram assinados por autoridades de saúde francesa e polonesa⁵⁶.

A OMS Europa lançou a [Coalização Pan-europeia de Saúde Mental](#), iniciativa que se baseará em três pilares: o intercâmbio de práticas, investimento na criação de serviços de saúde mental amigáveis e aumentando a conscientização pública sobre saúde mental, combatendo o estigma e a discriminação⁵⁷. Outro destaque desta quinzena, foi o lançamento de novo relatório da OMS, na Conferência do Índice de Igualdade de Gênero deste ano, que afirma que dados precisos de gênero são essenciais para a construção de uma resposta eficaz e equitativa à pandemia. O relatório, intitulado “[Integrando dados de gênero em sistemas de informação de saúde](#)”, explora alguns dos desafios comuns que os países enfrentam ao produzir e usar dados de gênero e saúde. Também fornece recomendações para apoiar os sistemas nacionais de saúde na melhoria da qualidade dos dados. O diretor regional da OMS Europa reconheceu a importância do relatório “pela simples razão de que os cuidados de saúde não são neutros em termos de gênero” e instou seus 53 Estados-membros a coletar e desagregar os dados da Covid-19 por sexo, idade e outros fatores.⁵⁸

A Cúpula do G20, sob a presidência italiana, terminou no domingo 31/10 e gerou mais uma [Declaração de Roma](#). A saúde global é abordada do ponto de vista da retórica, reconhecendo a imunização como um bem público global e prometendo esforços de vacinação e regionalização de produção de vacinas – apesar da omissão sobre as negociações de flexibilização de direitos patentários. A Declaração do G20 reconhece a importância do financiamento e traz a aproximação entre saúde e finanças, pelo estabelecimento de uma Força Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20, para intensificar o diálogo e a cooperação global

⁵⁵ https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/covid-volta-a-preocupar-europeus-e-governos-ja-retomam-restricoes.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo

⁵⁶ <https://br.noticias.yahoo.com/hitler-bob-esponja-ue-enfrenta-211153360.html>

⁵⁷ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-launch-of-the-pan-european-mental-health-coalition>

⁵⁸ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-determinants/gender/news/news/2021/10/whoeurope-urges-countries-to-collect-gender-data-through-their-health-information-systems>

em questões relacionadas à “prevenção, preparação e resposta”, desenvolvendo arranjos de coordenação entre Finanças e Ministérios da Saúde, promovendo ação coletiva, avaliando e abordando emergências de saúde com impacto transfronteiriço e encorajando a administração eficaz de recursos. No início de 2022, esta Força Tarefa apresentará um relatório sobre as modalidades de estabelecimento de linha de crédito, a ser projetada com coordenação da OMS, para garantir financiamento sustentado para prevenção, preparação e resposta à pandemia. No último informe, a Comissão Pan-Europeia de Saúde e Desenvolvimento Sustentável recomendava o estabelecimento de um Conselho de Saúde e Finanças globais no âmbito do G20.

Na segunda, 1/11, a UE defendia a tarifação do carbono na COP26, sugerindo uma “estrutura robusta de regras, por exemplo, para tornar os mercados globais de carbono uma realidade. Coloquem um preço no carbono, a natureza não pode mais pagar este preço”, disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen⁵⁹.

O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, vem ao Brasil nesta quarta, 3/11, após visita ao Peru. Esta é a sua primeira visita à América Latina desde que assumiu a política externa da UE em 2019. Em São Paulo, vai se reunir com representantes do setor privado e em Brasília, vai se encontrar com o chanceler Carlos Alberto Franco França, com o ministro da Defesa, Braga Netto e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Borrell visitará projetos financiados pela UE que apoiam o empoderamento das mulheres e o centro de boas-vindas da Acnur para refugiados venezuelanos em Brasília⁶⁰.

⁵⁹ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/tarifem-o-carbono-a-natureza-n%C3%A3o-pode-pagar-diz-ue-na-cop26/ar-AAQcwtM?ocid=mailsignout>

⁶⁰ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/chefe-da-diplomacia-europeia-inicia-no-peru-visita-%C3%A0-am%C3%A9rica-latina/ar-AAQcurm?ocid=mailsignout>

O futuro da Ásia Marítima, do Ártico, Oriente Médio, do Sahel sendo traçado em Glasgow

Lúcia Marques

26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ([COP26](#)) em andamento, até 12 de novembro. As decisões que sairão da conferência terão efeito direto no [Ártico](#)⁶¹, na Ásia Marítima, no Oriente Médio e no cinturão de Sahel (África). Só que não é nessas regiões que estão os maiores emissores de CO₂. As maiores economias do mundo - G20 - são responsáveis por mais de três quartos das emissões globais e detêm 80% do Produto Interno Bruto global.

No entanto, segundo o [relatório](#) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), são os países mais vulneráveis, muitas vezes lar das pessoas mais pobres do mundo, que contribuem para apenas 7% das emissões globais de gás efeito estufa (GEE), que estão liderando coletivamente o caminho para aumentar a ambição, intensificando e tomando medidas climáticas pioneiras, deixando os países mais ricos atrás. O [documento](#), preparado para a COP26, mostra que 93% dos países menos desenvolvidos e os pequenos estados insulares apresentaram planos climáticos nacionais aprimorados (NDCs⁶³) em relação aos planos de dois anos atrás, mesmo enfrentando a pandemia COVID-19. Em alguns países, combater as mudanças climáticas é um passo importante para alcançar a paz e a estabilidade, como na Somália. Em outros, sem redução dos conflitos existentes não há como investir em mitigação, como no Iraque, classificado como o quinto país mais vulnerável no mundo, segundo o relatório [GEO-6 do PNUMA](#)). O Iraque apresentou seu [primeiro plano NDC](#), página 23⁶⁴, e entre as promessas está reduzir a queima de gás associado ao petróleo, melhorar as políticas ambientais e empoderar as mulheres. O Líbano, que vive uma profunda crise econômica, política e vários confrontos internos, apresentou atualização do [seu plano](#), integrando o plano verde com Agenda 2030 e mais inclusão de gênero. [Indonésia](#)⁶⁵ é contraditória; as ações políticas de seu presidente não apoiam as declarações internacionais do governo para as mudanças climáticas. Houve retrocessos; algumas leis de preservação foram revertidas.

Segundo a análise, os [novos NDCs](#) são de maior qualidade, mais inclusivos e orientados. No entanto, as finanças continuam sendo um obstáculo fundamental, o que impacta sua viabilidade de implementação. O relatório alerta, ainda, que várias ações elencadas não estão vinculadas à recuperação do pós-covid, uma perda de oportunidade para o avanço verde. Não é o caso da maioria das nações da Ásia Pacífico, que focam um pós-covid verde e inclusivo⁶⁶,

⁶¹ Responsável por cobrir um quarto da superfície terrestre do Hemisfério Norte, o permafrost, solo que permanece congelado há centenas de anos, vem sofrendo danos irreversíveis. Evitar o degelo do permafrost – que atua como um tampão - é crucial para evitar o escape de toneladas do gás metano (carbono orgânico) contido no subsolo, e, num ciclo vicioso, contribui para o aumento do aquecimento.

⁶² [Plano Estratégico para o Ártico](#)

⁶³ Os NDCs são planos climáticos nacionais que destacam as ações climáticas, incluindo metas, políticas e medidas relacionadas ao clima que os governos visam implementar em resposta às mudanças climáticas e como uma contribuição para a ação climática global. Vários países atualizaram seus NDCs para a COP26.

⁶⁴ O NDC foi enviado para a ONU antes da eleição para novo presidente no país.

⁶⁵ O país é um dos maiores poluidores de plásticos nos oceanos

⁶⁶ Em julho deste ano, aconteceu a Semana Climática da Ásia Pacífico, com o tema: - integrando a ação climática na recuperação pandêmica global. [Relatório](#)

nem do Oriente Médio, que também vincularam a recuperação do pós pandemia a uma recuperação verde⁶⁷.

Para estarmos em um caminho que limita o aquecimento a 1,5°C - nível indicado pelos cientistas para evitar os piores impactos das mudanças climáticas - [precisaremos de uma redução de 45% nas emissões](#). A COP26 destacou [quatro prioridades](#) para ajudar a alcançar essa meta: garantir a rede global zero até meados do século e manter 1,5°C ao alcance; adaptar-se para proteger comunidades e habitats naturais; mobilizar finanças; e trabalhar juntos para entregar. Houve avanços em relação a metas de 2015, mas ainda está aquém do necessário. As tecnologias verdes melhoraram, mas o avanço industrial e o crescimento populacional aumentaram a geração de CO₂ ([StateOfClimateAction2021_FullReport.pdf \(climateactiontracker.org\)](#)).

Os países vulneráveis instam os principais países desenvolvidos e industrializados a cumprir as promessas de mitigação, apoio financeiro e técnico, transferência de tecnologia e implementação transparente para os países em desenvolvimento para ajudá-los.

CHINA – Plano NCD atualizado, mas ainda insuficiente

A China vive um conflito no seu projeto de pico de carbono em 2030 e zero carbono em 2060. Apesar dos grandes avanços tecnológicos para geração de energia elétrica em usinas eólicas, solares e nucleares, construção de novas hidrelétricas, e da expansão do uso do gás natural, o país ainda depende do carvão para atender a demanda de energia para as indústrias, principalmente do aço, cimento e produtos químicos, e para o aquecimento da população, com o inverno rigoroso chegando. Para não entrar em blecaute, o governo vai reativar usinas de carvão que havia fechado.

Entregue às vésperas da COP26, o [novo plano](#) reconhece essa contradição, os desafios consequentes e propõe soluções para reduzi-la. Entre outras, envolve ações para reduzir o desperdício energético, reflorestar, promover energias renováveis e reformar sua rede elétrica, criar uma mentalidade de civilização ecológica e trabalhar a cooperação e o multilateralismo – com foco na Cooperação Sul-Sul e no âmbito da Rota da Seda, com foco na iniciativa verde: intercâmbio de políticas, de informação e conhecimento e transferência de tecnologia verde.

O relatório [Climate Action Tracker](#) aponta que as metas anunciadas pela China contribuem para reduzir a média do mundo para 2,4°C – com o desempenho atual mundial, o aquecimento atingirá mais de 2,7°C. Inaceitável!

Evitando desperdício de alimentos

Evitar desperdício em todos os níveis virou palavra de ordem na China. Seguindo essa a linha, a China lançou um [plano de ação](#) (está em Mandarim, mas o Google traduz) para conservação de alimentos, para evitar desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar. As várias ações propostas se alinham para evitação do desperdício energético (secagem de alimentos) nos vários níveis: desde ações individuais, com criação da cultura anti-desperdício desde as escolas, até a cadeia da indústria de grãos, passando pela agricultura, transporte e conservação. O plano visa criar base sólida para acelerar a construção de um

⁶⁷ Entre 28 de fevereiro a 3 de março do próximo ano acontecerá a primeira semana climática do Oriente Médio e do Norte da África. O evento visa dar início à cooperação sobre o clima na região. Será hospedado pelo Governo dos Emirados Árabes Unidos (EAU) com apoio da ONU.

sistema nacional de segurança alimentar de alto nível, de maior qualidade, mais eficiente e sustentável até 2025. E, de quebra, reduzir a dependência de importações de alimentos.

Coreia do Norte – vive dificuldades econômicas e uma consequente grave crise alimentar, depois do fechamento das fronteiras com a China, como medida para conter a pandemia. O líder, Kim Jong-Um, convocou a população para “comer menos” (sic) até 2025.

G20 pré COP26

Depois de dois dias de encontro, em Roma, os líderes do G-20 encerraram o evento com a [Declaração de Roma](#), que resume um ano de reuniões e eventos. A declaração final não foi a esperada por muitos, mas contém avanços: concordaram em encerrar o financiamento do carvão. A reunião seria uma espécie de esquentada para a COP 26. O G-20 representa economias que emitem 80% dos gases do efeito estufa. Entre eles, somente 12 se comprometeram em antecipar a meta de neutralizar as emissões do carbono para 2050, sem especificar uma data. Os grandes poluidores, China, Rússia, Índia e Arábia Saudita, por exemplo, mantiveram a meta para 2060.

Em relação à saúde, a Declaração de Roma corroborou a [Declaração de Saúde de Roma](#), reconhecendo que as vacinas são a principal ferramenta de combate à pandemia. Esforços devem ser convidados para garantir que países menos desenvolvidos tenham acesso aos imunizantes. Os líderes também se comprometeram a apoiar o desenvolvimento e a produção de mais vacinas e investir em preparação, prevenção contra novas pandemias.

MAR CÁSPIO – Conferência científica sobre mudanças climáticas na região

A [conferência científica](#) organizada pelo Irã, pelo Comitê Coordenador de Monitoramento de Hidrometeorologia e Poluição do Mar Cáspio ([CASPCOM](#)) e pela Secretaria Interina da Convenção-Quadro para a Proteção do Ambiente Marinho do Mar Cáspio aconteceu neste final de outubro e focou em 4 áreas temáticas relevantes para o contexto do Cáspio: 1) Clima da região do Mar Cáspio e suas mudanças no século 21; 2) A mudança do nível do Mar Cáspio: análise, modelagem e projeção de longo prazo; 3) Os efeitos das mudanças climáticas sobre o ecossistema e a biodiversidade de o Mar Cáspio; 4) Adaptação às mudanças climáticas na região do Mar Cáspio.

Foram recebidos 82 trabalhos de 15 países. Um painel de revisores [selecionou 40 trabalhos](#) que foram apresentados durante o evento e serão publicados nos anais da conferência. Os resultados vão apoiar os governos cáspios⁶⁸, as partes interessadas globais, bem como outros atores cáspios para tomar decisões baseadas na ciência sobre as mudanças climáticas na região do Mar Cáspio, através da adaptação e da construção da resiliência para evitar todos os danos irreparáveis ao ambiente marinho e suas zonas costeiras como consequência das flutuações do nível do mar, seca e padrões imprevisíveis de precipitação.

O nível de água do Mar Cáspio atingiu seu nível mais baixo desde 1995, principalmente por causa de uma recente queda no nível da água do rio Volga, que contribui com 80% do influxo total. Em 2019, o nível médio de água ficou em -27,18 metros. De acordo com [o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas do Mar Cáspio, afiliado ao Instituto de Pesquisa da Água](#), a temperatura da água do mar é um dos principais critérios na troca de calor e um indicador na avaliação do potencial de evaporação do nível da água, que é um dos principais componentes do equilíbrio

⁶⁸ Azerbaijão, Irã, Kazaquistão, Rússia e Turcomenistão

hídrico cáspio. Mas a perda de apenas um terço pode transformá-lo em um mar morto do ponto de vista biológico.

AFEGANISTÃO - Conferência de Chanceleres dos seis países vizinhos + Rússia

A Conferência de Teerã contou com a participação dos ministros das Relações Exteriores do Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, presencialmente, China e Rússia, virtualmente. Os países vizinhos do Afeganistão conseguiram construir um consenso sobre como lidar com as autoridades não reconhecidas do país, o Talibã, que não participou da cúpula. E pode-se dizer que mais ou menos atendeu às demandas de todas as partes envolvidas. O Enviado Especial da ONU para o Afeganistão também participou do encontro.

A [declaração](#) ministerial conjunta emitida aborda uma série de questões relevantes para os países e destaca um pensamento importante: trabalhar uma solução afegã para o Afeganistão – lições aprendidas da ocupação americana que, depois de 20 anos, não trouxe progresso para o país. Os países vizinhos reconheceram que esse encontro estabeleceu um fórum para discussões coletivas e para cooperação futura para ajudar o país a desenvolver um roteiro de longo prazo e avançar a agenda de envolvimento político, integração econômica e conectividade regional. Reconheceram também que o Afeganistão é um exemplo de que os países da região devem unir forças para responder coletivamente e se esforçar para criar um ambiente próspero, seguro e estável, baseado em estrutura local, inclusive para cooperação regional.

Pontos de consenso na declaração: o Talibã é uma realidade no Afeganistão; uma estrutura política abrangente, com a participação de todos os grupos étnicos e políticos é a única solução para as questões do Afeganistão; apelo à comunidade internacional para fornecer assistência humanitária em caráter urgente; implementar políticas internas e externas moderadas e prudentes, incluindo a proteção dos direitos e interesses legítimos das mulheres e crianças; fazer uma ruptura clara com todas as forças terroristas e tomar medidas para combatê-las resolutamente; buscar uma política externa pacífica e viver em harmonia com outros países, especialmente seus vizinhos; construir um país moderno que esteja em conformidade com os desejos do povo e a tendência dos tempos; o ambiente de recuperação econômica e desenvolvimento depende do país estar livre da violência e de respeitar os direitos internacionais. A cúpula deixou claro que o atual corpo de governo do Afeganistão deve agir como corpo de governo responsável e fornecer condições políticas, econômicas e de segurança. Recado dado.

Ficou acordado que próxima rodada da reunião acontecerá em 2022, na China. Essa plataforma de diálogo pode se transformar em uma oportunidade para o Talibã unir esforços regionais e fortalecer a cooperação com os países da região para o bem do povo afegão. O Afeganistão enfrenta desafios quádruplos, ou seja, a crise humanitária, o caos econômico, as ameaças terroristas e as dificuldades de governança. Superar esses desafios requer mais apoio da comunidade internacional.

A conferência aproximou mais ainda os seis países que já começam a estabelecer relações bilaterais e regionais em campos políticos, econômicos, culturais. Irã e China avançam nas cooperações com os países da Ásia Central e vizinhos do Afeganistão; envolvendo trânsito de mercadorias, energia, infraestrutura e outros interesse. Para o Irã, as semelhanças são mais fortes que as diferenças.

ISRAEL segue seu plano ilegal de anexação da Cisjordânia

O anúncio de Israel sobre a construção de mais de mil novas residências nas colônias judaicas da Cisjordânia foi considerada totalmente contrária aos esforços de reduzir as tensões e garantir a calma, e afeta as perspectivas de uma solução de dois Estados, israelense e palestino. Até seu maior aliado os EUA se posicionaram fortemente contra. As colônias instaladas nos territórios palestinos ocupados por Israel são de fato consideradas ilegais pelas Nações Unidas e vistas como um freio à paz por grande parte da comunidade internacional.

Mas essa não foi a única ação do governo israelense que despertou reações internacionais. O Governo de Israel designou seis entidades da sociedade civil palestinas como “organizações terroristas”. Para a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, a medida precisa ser revogada imediatamente. Para ela a decisão é um ataque aos direitos humanos e às liberdades de associação⁶⁹. As ONGs trabalham em parceria com a ONU há alguns anos. Defender os direitos humanos e das mulheres e fornecer assistência jurídica a palestinos presos não é ato de terrorismo.

Myanmar – a violência e o caos gerando mais refugiados

O caso mais recente de violência por parte dos militares aconteceu na região oeste do país, próxima à fronteira com Índia. Tropas militares em confronto com o movimento Forças de Defesa do Povo, bombardeou a cidade de Thantlang; cerca de 70 casas e uma igreja foram incendiadas. Há relatos de violações e abusos – considerando o histórico do grupo militar, os relatos devem ser verdadeiros. Dezenas de habitantes fugiram para a Índia.

CENÁRIO PANDÊMICO E VACINAÇÃO

A COVID-19 segue castigando como que para lembrar aos líderes na COP26 dos efeitos cascata das mudanças climáticas: perda crítica da biodiversidade, do equilíbrio dos sistemas ecológicos e surgimento de doenças zoonóticas.

A variante Delta altamente transmissível e ações anti-vax são os vilões das novas ondas de COVID-19 ao redor do mundo e na Ásia Pacífico e Oriente Médio não é diferente. Alguns países tornam a impor restrições e passam a exigir o passaporte de vacinas para circulação em locais fechados. Coreia do Sul, Rússia, Singapura, entre eles.

China, em alerta máximo, faz rastreamento e impõe barreiras de controle para tentar conter surtos ligados a turistas domésticos que saíram de Xangai – hub internacional com voos para várias cidades chinesas. O surto chega a poucos meses antes dos Jogos Olímpicos de Inverno. O país conseguiu aplicar em um único dia 2.246 milhões de doses. O governo divulgou que já vacinou 76% da população e começa a aplicar doses de reforço em adultos.

Na Rússia, apenas 1/3 da população se vacinou, resultado da falta de confiança da população na vacina e nas autoridades. A exigência do passaporte de vacina está levando a população a se vacinar. O país chegou a registrar em um único dia 36.600 casos novos.

Coreia do Sul vai reduzir restrições e exigir passaporte de vacina. O país começa a trabalhar a nova realidade de conviver com o vírus circulando por um bom tempo. O país já atingiu 70% de completos vacinados.

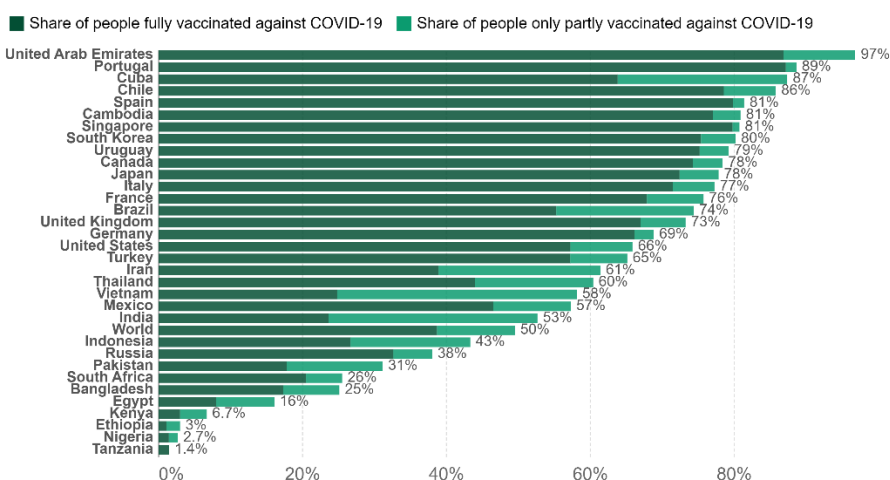
No Irã, a presidência convocou todas as autoridades e órgãos ligados à saúde para tomar as medidas adequadas para conter uma possível nova onda de Covid-19. Convocou também todas as plataformas de comunicação, especialmente rádio e TV para ajudar na conscientização

⁶⁹ <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1768012>

pública, explicar as ações com clareza, focar nos estudos científicos que confirmam a importância e o impacto da vacinação pública e da dose de reforço.

Share of people vaccinated against COVID-19, Oct 31, 2021

Alternative definitions of a full vaccination, e.g. having been infected with SARS-CoV-2 and having 1 dose of a 2-dose protocol, are ignored to maximize comparability between countries.



Source: Official data collated by Our World in Data. This data is only available for countries which report the breakdown of doses administered by first and second doses in absolute numbers.
CC BY

49,5% da população mundial recebeu pelo menos uma dose de uma vacina COVID-19. 7,07 bilhões de doses foram administradas globalmente, e são administrados todos os dias. Apenas 3,6% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose.

Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/coronavirus-covid-19-vaccinations), dados de 5 de setembro – os dados são atualizados diariamente

País	27/07	07/08	03/09	31/10
Afeganistão	144.285 (6.477)	149.810 (6.879)	153.375 (7.127)	156.250 (7.280)
Arábia Saudita	518.143 (8.167)	531.935 (8.311)	543.318 (8.512)	548.617 (8.794)
Austrália	33.286 (922)	36.045 (939)	58.210 (1.032)	170.458 (1.734)
Bangladesh	1.179.827 (19.521)	1.343.396 (22.411)	1.510.283 (26.432)	1.569.539 (27.868)
Brunei (ASEAN)	333 (3)	339 (3)	3.093 (12)	13.130 (88)
Camboja (ASEAN)	74.386 (1.324)	81.335 (1.537)	94.417 (1.937)	118.522 (2.788)
China	104.713 (4.848)	105.682 (4.848)	107.130 (4.848)	109.579 (7.280)
Coreia do Sul	191.531 (2.079)	209.228 (2.116)	257.110 (2.308)	364.700 (2.849)
Emirados Árabes	673.185 (1.927)	691.554 (1.971)	721.308 (2.044)	739.905 (2.136)
Filipinas (ASEAN)	1.555.396 (27.247)	1.649.341 (28.835)	2.040.568 (33.873)	2.787.276 (443.172)
Hong Kong	11.979 (212)	12.011 (212)	12.113 (212)	12.346 (2013)
Índia	31.440.950 (421.382)	31.895.385 (427.371)	32.903.289 (439.895)	34.273.300 (458.186)
Indonésia (ASEAN)	3.194.733 (84.766)	3.639.616 (105.598)	4.116.890 (134.930)	4.288.358 (143.405)
Irã	3.723.246 (89.122)	4.119.110 (93.473)	5.083.133 (109.549)	5.924.638 (126.303)
Iraque	1.564.828 (18.347)	1.704.363 (19.146)	1.908.079 (20.994)	2.055.248 (23.170)

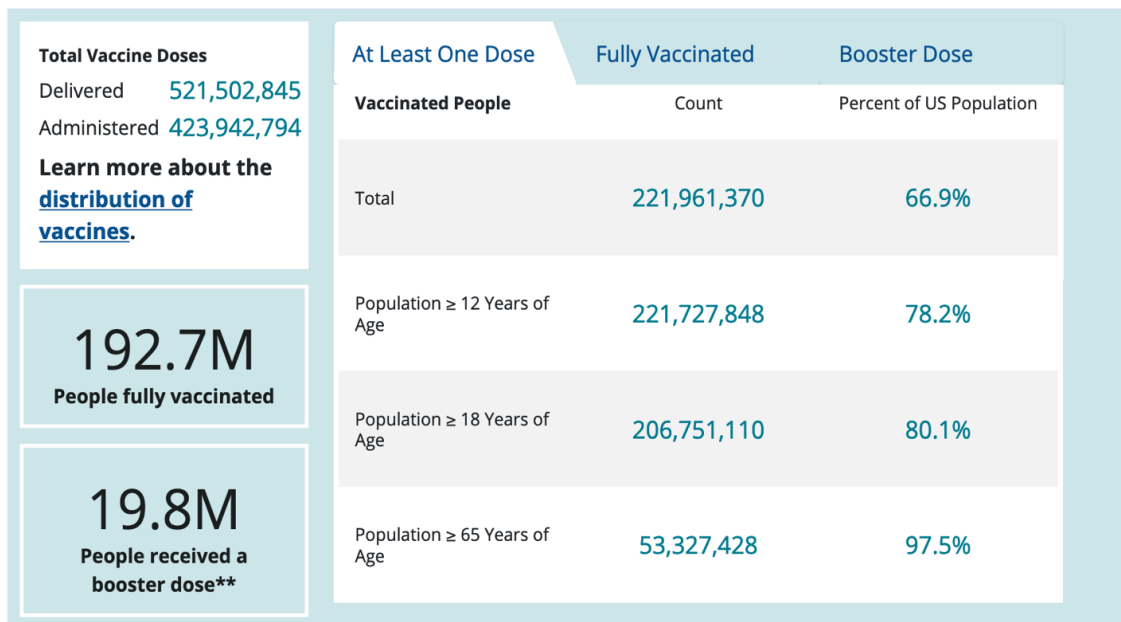
Israel	863.680 (6.461)	897.326 (6.535)	1.104.971 (7.129)	1.327.458 (8.100)
Japão	881.827 (15.089)	1.017.728 (15.287)	1.546.464 (16.279)	1.723.556 (18.275)
Jordânia	766.114 (9.971)	776.178 (10.116)	799.825 10.454)	862.541 (11.038)
Kazaquistão	602.397 (5.538)	689.402 (2.366)	874.209 (13.732)	1.018.841 (17.078)
Kuwait	393.605 (2.293)	402.794 (2.366)	410.072 (2.241)	412.678 (2.461)
Laos (ASEAN)	5.154 (5)	7.778 (7)	15.605 (15)	39.586 (62)
Líbano	555.643 (7.894)	568.505 (7.932)	604.409 (8.070)	641.339 (8.495)
Malásia (ASEAN)	1.027.954 (8.201)	1.243.852 (10.389)	1.805.382 (17.521)	2.247.642 (28.912)
Mongólia	159.101 (789)	172.069 (846)	224.989 (951)	359.396 (1.734)
Myanmar (ASEAN)	274.155 (7.507)	326.482 (5.017)	409.509 (15.693)	500.073 (18.697)
Nepal	682.947 (9.738)	712.740 (10.038)	767.271 (10.809)	812.570 (11.407)
Nova Zelândia	2.864 (26)	2.881 (26)	3.730 (27)	6.429 (28)
Omã	295.017 (3.788)	298.020 (3.906)	302.466 (4.070)	304.291 (4.111)
Palestina e Faixa de Gaza	316.088 (3.599)	317.703 (3.611)	347.730 (73.699)	452.997 (4.663)
Paquistão	1.011.708 (23.087)	1.063.125 (23.797)	1.171.578 (26.035)	1.273.078 (28.449)
Qatar	255.376 (600)	227.472 (601)	233.280 (602)	239.247 (610)
Rússia	6.094.379 (152.836)	6.340.370 (161.343)	6.875.713 (182.341)	8.377.984 (234.194)
Singapura (ASEAN)	64.314 (37)	65.686 (42)	68.210 (55)	198.374 (407)
Síria	25.892 (1.908)	26.071 (1.919)	28.174 (2.023)	43.146 (2.558)
Tailândia (ASEAN)	526.828 (4.264)	736.522 (6.066)	1.249.140 (12.374)	1.912.024 (19.205)
Taiwan	15.582 (786)	15.775 (806)	16.012 (837)	16.412 (847)
Turquia	5.618.417 (50.997)	5.870.741 (51.976)	6.412.247 (57.000)	8.032.984 (70.611)
Vietnam (ASEAN)	109.111 (524)	197.175 (3.016)	501.649 (12.446)	912.122 (22.083)
Yémen	7.012 (1.373)	7.131 (1.384)	8.018 (1.513)	13.478 (181)

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

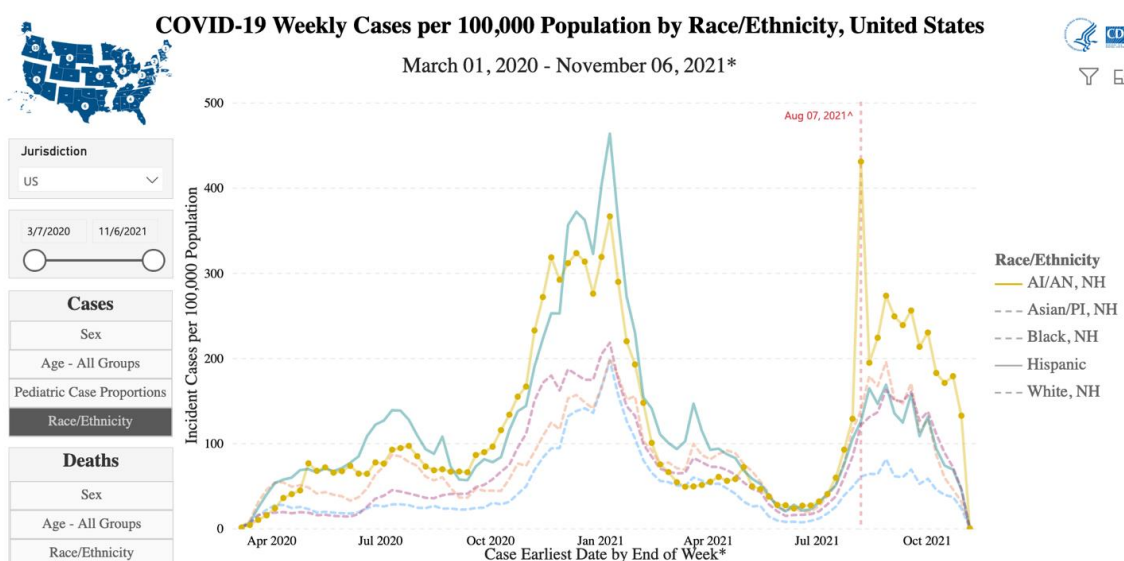
EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Os casos, internações e mortes da COVID-19 continuam a diminuir, mas muitas partes do país ainda estão experimentando altos níveis de transmissão comunitária. A partir de 28 de outubro de 2021, 221 milhões de pessoas nos Estados Unidos receberam pelo menos uma dose de uma vacina COVID-19. 191 milhões de pessoas estão totalmente vacinadas. Mais de 15 milhões de pessoas receberam uma dose de reforço vacinal COVID-19.



Ao analisar as curvas de tendência fica claro que a COVID-19 não é a mesma para todos. Existem grandes diferenças entre os grupos populacionais segundo idade, sexo e raça.





COVID-19 Weekly Deaths per 100,000 Population by Race/Ethnicity, United States

March 01, 2020 - November 06, 2021*



Jurisdiction: US

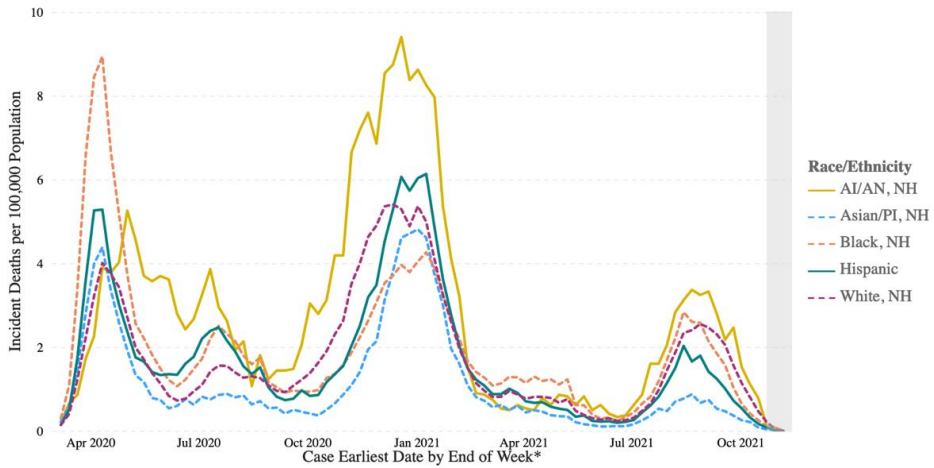
3/7/2020 - 11/6/2021

Cases

- Sex
- Age - All Groups
- Pediatric Case Proportions
- Race/Ethnicity

Deaths

- Sex
- Age - All Groups
- Race/Ethnicity**



COVID-19 Weekly Deaths per 100,000 Population by Sex, United States

March 01, 2020 - November 06, 2021*



Jurisdiction: US

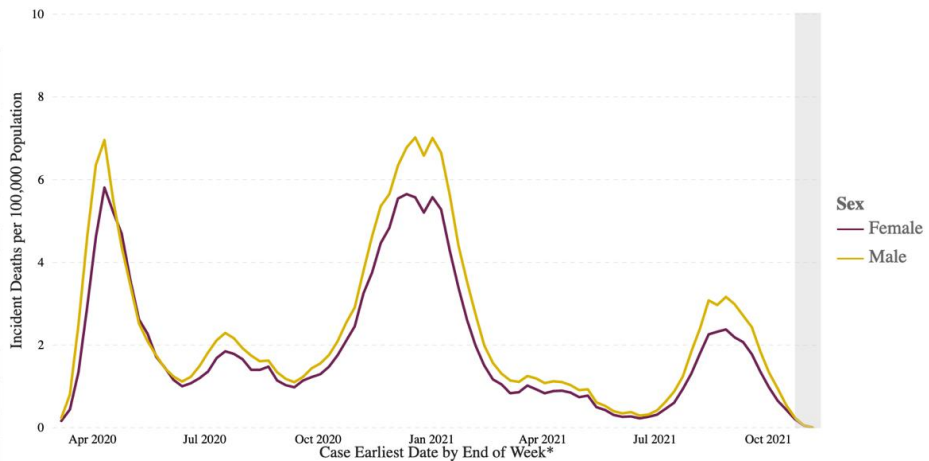
3/7/2020 - 11/6/2021

Cases

- Sex
- Age - All Groups
- Pediatric Case Proportions
- Race/Ethnicity

Deaths

- Sex**
- Age - All Groups
- Race/Ethnicity



COVID-19 Weekly Deaths per 100,000 Population by Age Group, United States

March 01, 2020 - November 06, 2021*



Jurisdiction: US

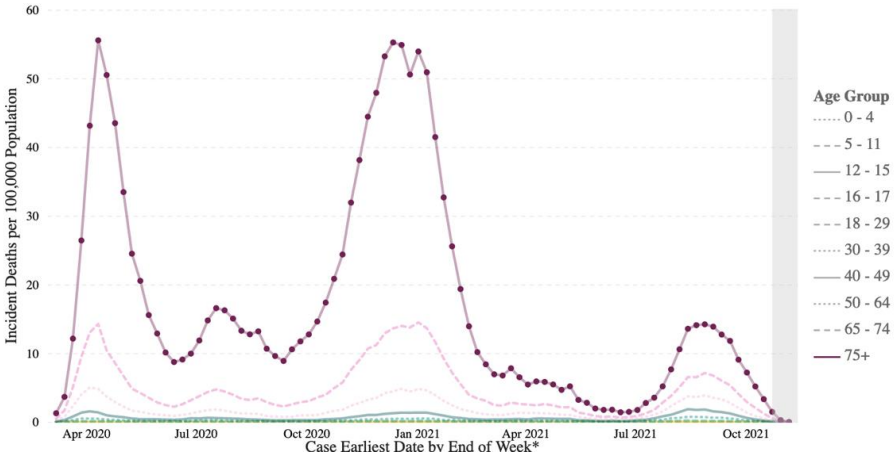
3/7/2020 - 11/6/2021

Cases

- Sex
- Age - All Groups
- Pediatric Case Proportions
- Race/Ethnicity

Deaths

- Sex
- Age - All Groups**
- Race/Ethnicity



A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

DIPLOMÁTICO

Na reunião do G20 em Roma, o presidente chinês Xi Jinping pediu apoio dos países desenvolvidos na descarbonização da economia, mencionando o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. O encontro ocorreu às vésperas da COP26, sobre mudanças climáticas. Em comunicado à COP26, o chinês reforçou a necessidade dos países desenvolvidos para com os em desenvolvimento.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, Xi anunciou que a China seria proativa em apoiar países em desenvolvimento no uso de energias limpas e que não construiria mais geradoras de carvão no exterior. A declaração de Roma também prevê o fim do financiamento público internacional para geração de energia com carvão até o fim de 2021.

A China planeja alcançar o pico das emissões em 2030 e atingir a neutralidade de carbono em 2060. Em julho, o país lançou um novo mercado nacional de carbono, cuja expectativa é que se torne o maior do mundo, ultrapassando o Europeu, lançado há 15 anos. Os mecanismos de mercado fazem parte do Acordo de Paris, mas este também prevê mecanismos ‘non-market’. Pan Jiahua, do Instituto de Estudos em Eco-civilização da Universidade de Pequim, disse ao Global Times que a capacidade renovável instalada da China representa um terço da mundial.

O país, que sediou no mês passado a COP15, de biodiversidade, anunciou a destinação de US\$ 233 para um fundo de apoio à preservação da vida natural em países em desenvolvimento. Em discurso no encontro, Xi disse que “se não falharmos com a natureza, a natureza não falhará conosco”.

SANITÁRIO

As constantes aplicações de medidas sanitárias na China têm levado a críticas internas sobre a política de tolerância zero com o vírus. O editor do jornal Global Times, Hu Xin, sugeriu que a imprensa se mantenha vigilante sobre problemas na manutenção da estratégia de ‘covid zero’ na China, especialmente a abusos de lideranças locais que exageram no “politicamente correto”, mas defendeu que política precisa ser mantida caso a China queira evitar uma rápida e perigosa escalada de contágios. Isso ocorre num momento em que as sucessivas políticas de contenção criam prejuízos econômicos, imobilizando mão-de-obra e consumo, e impedem o encontro com amigos e família.

No momento, o país atravessa uma nova série de restrições, as maiores desde a primeira onda da variante Delta em meados do ano. Um único caso confirmado levou à testagem em massa das mais de 30 mil pessoas que passaram pela Disneylandia de Xangai no último final de semana. Além dos testes, que demoraram algumas horas para serem feitos, os que estiveram no parque também tiveram que fazer auto-isolamento.

Ex-diretora-geral da OMS, Margaret Chan Fung Fu-chun comentou que a pandemia mostra como não só os avanços do Sistema de saúde chines mas também ofertou equipes sanitárias, tecnologia e treinamento a países necessitados. “China cresceu de um país beneficiário da cooperação global e se tornou um ativo construtor e colaborador da cooperação global em saúde”

A vacinação continua no país, com uma nova campanha nacional sendo implementada para crianças entre 3 e 11 anos de idade. As doses serão de vacinas inativadas.

SOCIOECONÔMICO

A construtora Evergrande perdeu o controle de alguns de seus ativos para as autoridades locais, que devem priorizar a entrega das casas prometidas. O governo pediu ao bilionário Hui Ka Yan que pagasse do próprio bolso parte das dívidas da empresa. Segundo a Bloomberg, ele recebeu US\$ 8 bilhões desde que a empresa foi listada em Hong Kong em 2009.

A crise da especulação imobiliária favorece a mudanças de política. Um novo modelo de tributação do uso da terra está em andamento, com a ampliação de testes em cidades do país. A mudança busca afastar os governos locais da especulação imobiliária e garantir renda através da tributação dos usos do solo.

Wang Yaping, 41 anos, deve se tornar a primeira mulher chinesa a fazer uma caminhada no espaço. Ela com dois colegas decolaram para a estação espacial em 15 de outubro e devem ficar lá por seis meses. Ela é formada em Psicologia e Estudos Cognitivos pela Universidade de Pequim. Segundo a CGTN, astronautas mulheres, apesar de representarem 11% do total, realizam tarefas de forma mais eficiente e se comunicam melhor. Entretanto, as caminhadas espaciais não devem ser feitas no período de menstruação. Será a primeira vez que chineses passam o ano novo, ou festival de primavera, fora da Terra.



Figure 1 Imagem da Agência Espacial Chinesa com a nova tripulação do 'Palácio Celestial'

Cientistas chineses estabelecem a primeira rede de comunicação quântica do mundo. Com cabos de fibra ótica e satélites a rede conecta Pequim a Xangai. Por enquanto a rede se destina a 150 grandes consumidores, como bancos, geradores de energia elétrica e sites do governo.

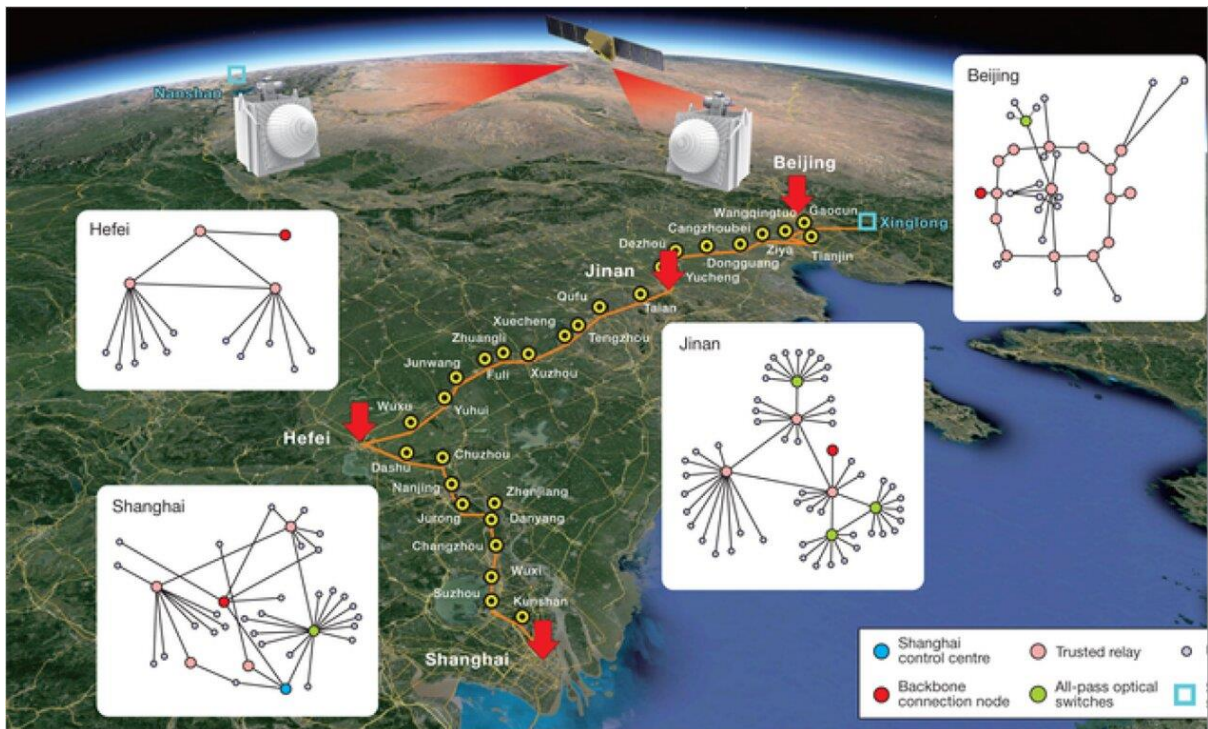


Figure 2 Ilustração da Universidade de Ciência e Tecnologia da China

Referências

- http://www.news.cn/english/2021-09/22/c_1310201230.htm
- <https://www.consilium.europa.eu/media/52732/final-final-g20-rome-declaration.pdf>
- https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/10/12/china-anuncia-us-233-milhoes-para-novo-fundo-para-protger-biodiversidade-em-paises-em-desenvolvimento.ghtml>
- https://www.chinadaily.com-cn.translate.google.com/a/202110/12/WS616526eea310cdd39bc6e635.html?_x_tr_sch=http&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=nui,op
- <https://www.globaltimes.cn/page/202111/1237787.shtml>
- <https://edition.cnn.com/2021/11/01/china/china-covid-extreme-measures-mic-intl-hnk/index.html>
- http://en.nhc.gov.cn/2021-10/28/c_84955.htm
- <https://www.globaltimes.cn/page/202110/1237372.shtml>
- <https://www.reuters.com/world/china/china-asking-state-backed-firms-pick-up-evergrande-assets-sources-2021-09-28/>
- <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-09-24/china-oversees-evergrande-accounts-to-ensure-housing-gets-built>
- <http://bloomberg.com/news/articles/2021-10-26/chin>
- <https://www.ft.com/content/d4b2c109-75dd-4c04-8291-ae4a5016063b>
- <https://www.sixthtone.com/news/1008703/china-to-send-first-female-taikonaut-to-its-space-station->
- <https://news.cgtn.com/news/2021-10-17/Menstruation-spacesuit-and-hair-Peek-into-a-female-astronauts-life-14rns2aVxTi/index.html>
- <https://phys.org/news/2021-01-world-quantum-network.html>

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ **Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **18** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **25** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

Dia 10 de novembro – Seminário 25 – ***G20: O que esperar dos mais ricos do mundo em saúde global***

Dia 24 de novembro – Seminário 26 – ***Mudanças climáticas, biodiversidade e saúde: Avanços e retrocessos em Glasgow e Kunming***

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 18/2021

Período de 19 de outubro a 01 de novembro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2021.

73 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.